S U M Á R I O

BP N. 612/2011 – JUNHO DE 2011.

- I –
ATOS E DESPACHOS DO MAGNÍFICO REITOR E/OU VICE-REITOR

1. PORTARIAS 1

- II –
ATOS E DESPACHOS DOS DIRETORES DE CENTRO E PRÓ-REITORES

1. PORTARIAS 30

- III –
ATOS E DESPACHOS DA PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

1. PORTARIAS 39
2. CONCESSÕES 210
2.1. Autorização para Afastamentos Eventuais da UFSM 210
3. DIVERSOS 211

I – ATOS E DESPACHOS MAGNÍFICO REITOR E/OU VICE-REITOR

1 – PORTARIAS

N. 60.108,de 01.06.11 - Proc. N. 007183/2011-27 – Vice-Reitor –

CONCEDER Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, a TANIA MARIA TOCHETTO, Matrícula SIAPE 381045, ocupante do cargo de Professor Associado, Nível 3, em regime de Dedicação Exclusiva, com Doutorado, lotada no Departamento de Fonoaudiologia/CCS, do Quadro de Pessoal da UFSM, com fundamento no Artigo 3°, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n. 47, de 05-07-2005.

N. 60.109,de 01.06.11 – Reitor –

CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 75%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) CAROLINE RUBIN ROSSATO PEREIRA, matrícula SIAPE 1735940, ocupante do cargo de Psicólogo-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, a partir de 20 de maio de 2011, referente ao curso de Doutorado em Psicologia (105.06.09.026), UFRGS - Porto Alegre/RS.
II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 60.110,de 01.06.11 – Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 23 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007521/2011-00, publicado no DOU de 01.06.11, à servidora Darci Raquel Fonseca, Matrícula SIAPE n. 1850826, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Artes Visuais do Centro de Artes e Letras, para participar, apresentando trabalho, do Congrès de la SOFCEP 2011, em Paris – França.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.111,de 01.06.11 – Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 3 a 11 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.007508/2011-42, publicado no DOU de 01.06.11, à servidora Andréia Machado Oliveira, Matrícula SIAPE n. 1851387, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada na Direção do Centro de Artes e Letras, com exercício na Pró-Reitoria de Graduação, para participar, apresentando trabalho, do Congresso "Generating the Impossible 2011", em Montreal – Canadá.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

APOSTILA À PORTARIA N. 60.111,DE 1° DE JUNHO DE 2011

DECLARAR que no Afastamento do País, da servidora ANDRÉIA MACHADO OLIVEIRA, Matrícula SIAPE 1851387, onde se lê: "no período de 3 a 11 de julho de 2011; leia-se: "no período de 1° a 13 de julho de 2011", conforme retificação publicada no DOU de 7 de junho de 2011.

APOSTILA À PORTARIA N. 60.111,DE 1° DE JUNHO DE 2011

DECLARAR, que no Afastamento do País, da servidora ANDRÉIA MACHADO OLIVEIRA, Matrícula SIAPE 1851387, onde se lê: "Afastamento com ônus limitado para a UFSM"; leia-se: "Afastamento com ônus pela CAPES", conforme retificação publicada no DOU de 28 de junho de 2011.

N. 60.112,de 01.06.11 – Reitor –

DISPENSAR, a partir de 30 de maio de 2011, LUIS CARLOS NUNES TEIXEIRA, Matrícula SIAPE 379032, Assistente em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Função Gratificada de Secretário Administrativo do Curso de Artes Cênicas do CAL, Código FG-7.171, para a qual foi designado pela Portaria n. 51.723, de 15-10-2007.

N. 60.113,de 02.06.11 – Proc. N. 005698/2008-68 – Vice-Reitor –

ALTERAR a proporcionalidade dos proventos de aposentadoria do servidor BERNARDINO PESSOTTO, Matrícula SIAPE 381566, ocupante do cargo de Cozinheiro, Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento 9, aposentado pela Portaria N. 38.017, de 10.06.1998, publicada no DOU de 16.06.1998, seção 2, página 32/35 avos, em virtude da averbação de tempo de serviço exercido em condições insalubres, penosas e perigosas, em conformidade com o disposto nas Orientações Normativas SRH/MP n. 03 e 07/2007.

N. 60.114,de 02.06.11 – Proc. N. 007713/2011-16 – Vice-Reitor –

CONCEDER Pensão Vitalícia a IZAURA DE MORAES DOS SANTOS, companheira do ex-servidor CLEMENTINO EDIGARAY SILVA, falecido em 18 de maio de 2011, conforme Certidão de Óbito Matrícula n. 098996 01 55 2011 4 00092 114 0047950 26, do Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Zona, Cidade de Santa Maria, RS, com fundamento nos Artigos 216, § 1° e 217, inciso I, alínea "c", da Lei n. 8.112/90, combinado com o Artigo 40, § 7°, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, e com o Artigo 2° da Lei n. 10.887/2004.

N. 60.115,de 02.06.11 – Proc. N. 019355/2010-03 – Vice-Reitor –

NOMEAR, em caráter efetivo, para o quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, de artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, ELIANE CRISTINA AMORETTI, habilitada em concurso Público, classificada em 19° lugar, para exercer o cargo de Secretário Executivo, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta Instituição, decorrente de aposentadoria de Fátima Regina Fogaça Vianna, publicada no DOU de 28.01.2011, código n. 294380.

N. 60.116,de 02.06.11 – Proc. N.5003857-34.2011.404.0000/RS -

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de MELISSA NOAL DA SILVEIRA para o cargo de Secretário Executivo, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, nomeado(a) através da Portaria n. 59.903, publicada no DOU de 03-0-2011, com base no parágrafo 6° do artigo 13, da Lei n. 8.112, de 11-12-90.

II – NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11-12-90, GLORIA MACHADO DA CONCEIÇÃO, habilitado(a) em Concurso Público, classificado(a) em 2° lugar, para exercer o cargo de Secretário Executivo, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga decorrente de Redistribuição, publicada no DOU de 21 de outubro de 2010, código n. 865024.

N. 60.117,de 02.06.11 – Proc. N. 019355/2010-03 – Vice-Reitor –
NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11-12-90, SILVANE BRAND FABRIZIO, habilitado(a) em Concurso Público, classificado(a) em 10° lugar, para exercer o cargo de Secretário Executivo, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga decorrente de Redistribuição, publicada no DOU de 21 de outubro de 2010, código n. 865023.

N. 60.118,de 02.06.11 – Proc. N. 008031/2011-12 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 3 a 10 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008031/2011-12, publicado no DOU de 02.06.11, ao servidor Ricardo Oliveira Teixeira, Matrícula SIAPE n. 2217110, Professor Auxiliar, sujeito ao regime de 40 horas semanais, lotado no Departamento de Neuro-Psiquiatria do Centro de Ciências da Saúde, para participar do 15th International Congress of Parkinson's Disease and Movement Disorders, em Toronto – Canadá.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.119,de 03.06.11 – Proc. N. 007917/2011-49 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 7 a 10 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007917/2011-49, ao servidor Luciano Pivoto Specht, Matricula SIAPE n. 1852739, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Transportes do Centro de Tecnologia, para participar de Banca de Mestrado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.120,de 03.06.11 – Proc. N. 007196/2011-77 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 16 a 19 de maio de 2011, conforme Processo n. 23081.007196/2011-77, à servidora Fernanda Nascimento Magalhães Pinto, Matricula SIAPE n. 1760311, Museólogo, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Museu Educativo Gama d'EÇA, para participar da III Semana Nacional de Museus da UNIFAL – MG, em Alfenas – MG.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.121,de 03.06.11 – Proc. N. 007910/2011-27 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 23 a 27 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.007910/2011-27, à servidora Sandra Inês Knudsen, Matricula SIAPE n. 2183228, Médico - Área, sujeita ao regime de 20 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do Congresso Brasileiro de Infectologia, em Brasília – DF.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.122,de 03.06.11 – Proc. N. 007553/2011-05 – Vice-Reitor –
CONCEDER, Licença de Afastamento Parcial da Universidade, no período de 1° de junho de 2011 a 31 de dezembro de 2013, conforme Processo n. 23081.007553/2011-05, à servidora Cláudia Zamberlan, Matrícula SIAPE n. 1584632, Enfermeiro - Área, sujeita ao

regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, com a finalidade de realizar Doutorado em Enfermagem, na Universidade Federal do Rio Grande, em Rio Grande – RS.
II – Durante o afastamento, a carga horária da referida servidora ficará reduzida em 20 horas semanais.
III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.123,de 03.06.11 – Proc. N. 007787/2011-44 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 26 a 29 de maio de 2011, conforme Processo n. 23081.007787/2011-44, à servidora Lilian Seligman, Matricula SIAPE n. 381147, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde, para participar do 10° Congresso Fundação Otorrinolaringologia, em Gramado – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.124,de 03.06.11 – Proc. N. 007788/2011-99 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 2 a 3 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007788/2011-99, à servidora Ana Paula Ramos de Souza, Matricula SIAPE n. 2093180, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde, para participar de Reunião do Conselho Federal de Fonoaudiologia, em Brasília – DF.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.125,de 03.06.11 – Proc. N. 007792/2011-57 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 30 de maio a 3 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007792/2011-57, à servidora Marcia Keske Soares, Matricula SIAPE n. 2189356, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde, para participar de Banca de Concurso Público, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.126,de 03.06.11 – Proc. N. 007791/2011-11 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 30 de maio a 3 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007791/2011-11, à servidora Ana Maria Toniolo da Silva, Matricula SIAPE n. 381140, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde, para participar de Banca de Concurso Público, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.127,de 03.06.11 – Proc. N. 007819/2011-10 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 26 a 27 de maio de 2011, conforme Processo n. 23081.007819/2011-10, à servidora Andrea Schwertner Charão, Matricula SIAPE n. 2197652, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Eletrônica e Computação do Centro de Tecnologia, para participar de Banca de

Defesa de Doutorado, em São José dos Campos – SP.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.128,de 03.06.11 – Proc. N. 008005/2011-94 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 2 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008005/2011-94, à servidora Jocelaine Cardoso Gracioli, Matricula SIAPE n. 1360665, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do Curso "Incontinência Urinária e Cateterismo Vesical", em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.129,de 03.06.11 – Proc. N. 007920/2011-62 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 4 a 11 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007920/2011-62, ao servidor Paulo Cesar Piquini, Matricula SIAPE n. 1096824, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Física do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, do Encontro de Física 2011, em Foz do Iguaçu – PR.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.130,de 03.06.11 – Proc. N. 007921/2011-15 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 19 a 23 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007921/2011-15, ao servidor Ricardo Fajardo, Matricula SIAPE n. 1418421, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Matemática do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar da Cerimônia de Premiação Nacional da 6° Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, no Rio de janeiro – RJ.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.131,de 03.06.11 – Proc. N. 004561/2011-91 – Vice-Reitor – NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, ROBERTA GRAEFF DE SOUZA SOARES, habilitada em Concurso Público, classificada em 36 lugar, para exercer o cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta Instituição, decorrente de Redistribuição, publicada no DOU de 03.06.2011, código n. 0268851.

N. 60.132,de 03.06.11 – Proc. N. 004561/2011-91 – Vice-Reitor – NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, FABRICIO VARONI DE OLIVEIRA, habilitado em Concurso Público, classificada em 37° lugar, para exercer o cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta Instituição, decorrente de Aposentadoria de Zeldonir Borges Brilhante, publicada no DOU de 03.06.11, código n. 294221.

N. 60.133,de 03.06.11 – Proc. N. 004561/2011-91 – Vice-Reitor –

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de JULIANO FERRAZ DA ROCHA para o cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, nomeado através da portaria n. 59.942, publicada no DOU de 05/05/2011, com base no parágrafo 6° do artigo 13, da Lei 8.112, de 11.12.90.
II – NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, DIEGO DA SILVA DOS SANTOS, habilitado em Concurso Público, classificada em 38° lugar, para exercer o cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta Instituição, decorrente de Posse em Cargo Inacumulável de Carlo Alessandro Castellanelli, publicada no DOU de 04 de maio de 2001, código n. 295502.

N. 60.134,de 06.06.11 - Reitor –
DESIGNAR Ana Paula da Costa Mayer, Matrícula SIAPE 1683386, Contador, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para, em substituição exercer Função Gratificada de Chefe da Seção de Registro, Tombamento e Baixa da Divisão de Patrimônio/DEMAPA, Código FG4.017, no período de 18 de maio a 8 de junho de 2011, tendo em vista a Licença Motivo de Doença em Pessoa da Família da titular, Márcia Cristina Gonçalves.

N. 60.135,de 06.06.11 – Reitor –
DESIGNAR, a partir de 9 de junho de 2011, Ana Paula da Costa Mayer, Matrícula SIAPE 1683386, ocupante do cargo de Contador, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para, em substituição, exercer a Função Gratificada de Chefe da Seção de Registro, Tombamento e Baixa da Divisão de Patrimônio/DEMAPA, Código FG4.017, nos impedimentos legais ou eventuais da titular Márcia Cristina Gonçalves.

N. 60.136,de 06.06.11 - Reitor –
DESIGNAR Jocelaine Cardoso Gracioli, Matrícula SIAPE 1360665, ocupante do cargo de Enfermeiro-Área, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Enfermagem Ambulatorial Ala II da Coordenação de Enfermagem em Ambulatório da Diretoria de Enfermagem/HUSM, Código FG4.160.
II – DISPENSAR, Izabel Cristina Hoffmann, Enfermeiro-Área, Matrícula SIAPE 2345582, da função acima, para a qual foi designada pela Portaria N. 53.260 de 22.07.2008.

N. 60.137,de 06.06.11 - Reitor –
DISPENSAR Ana Paula da Costa Mayer, Matrícula SIAPE 1683386, ocupante do cargo de Contador, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Função Gratificada de Chefe Substituto do Setor de Importações do Departamento de Material e Patrimônio, Código FG4.016, para a qual foi designada pela Portaria N. 58.048 de 13.07.2010.

N. 60.138,de 06.06.11 - Reitor –
DISPENSAR, a partir de 16 de maio, Jaiser

Tapia, Matrícula SIAPE 1649668, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Função Gratificada de Chefe Substituto da Seção de Registro, Tombamento e Baixa da Divisão de Patrimônio/DEMAPA, Código FG4.017, para a qual foi designado pela Portaria N. 56.494 de 15.12.2009.

N. 60.139,de 06.06.11 – Proc. N.007759/2011-27 – Vice-Reitor –
CONCEDER Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, a Marli Carolina Ilario Pedroso, Matrícula SIAPE 381123, ocupante do cargo de Operador de Máquina de Lavanderia, Nível de Classificação A, Nível de Capacitação IV, Padrão de Vencimento 16, do Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, com fundamento no Artigo 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n. 47, de 05.07.2005.

N. 60.140,de 06.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR os docentes, abaixo relacionados, como Representantes da Instituição na Comissão Organizadora do XI Seminário Internacional sobre Agroecologia e XII Seminário Estadual sobre Agroecologia, organizados pela EMATER/RS:

– Professor 3º Grau José Antonio Costabeber, Matr. SIAPE 1727190 – lotado no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/CCR;
– Professora 3º Grau Marlove Fátima Brião Muniz, Matr. SIAPE 1362038 – lotado no Departamento de Defesa Fitossanitária/CCR.

N. 60.141,de 06.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR os docentes, abaixo relacionados, como Representantes da Instituição junto ao Conselho Administrativo da Fundação Mo'ã – Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental:

– Professora 3º Grau Eliane Maria Foleto, Matr. SIAPE 2118434 – lotada no Departamento de Geociências/CCNE – Titular;
– Professor 3º Grau Adriano Severo Figueiró, Matr. SIAPE 6382513 – lotado no Departamento de Geociências/CCNE – Suplente.

N. 60.142,de 06.06.11 – Proc. N.007946/2011-19 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 7 a 25 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007946/2011-19, publicado no DOU de 06.06.11, ao servidor Luiz Osório Cruz Portela, Matrícula SIAPE n. 381996, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Desportos Coletivos do Centro de Educação Física e Desportos, para realizar Visita à Universidade de Humboldt, em Berlin – Alemanha e realizar Visita à Fábrica de Equipamentos à Hipoxia Ambiental, em Tiel – Holanda.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.143,de 06.06.11 – Proc. N.007945/2011-66 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 7 a 25 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007945/2011-66, publicado no DOU de 06.06.11, ao servidor Jorge Luiz Palma Freire, Matrícula SIAPE n. 379408, Médico - Área, sujeito ao regime de 40 horas semanais, lotado no Departamento de Desportos Coletivos

do Centro de Educação Física e Desportos, para realizar Visita à Universidade de Humboldt, em Berlin – Alemanha e realizar Visita à Fábrica de Equipamentos à Hipoxia Ambiental, em Tiel – Holanda.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.144,de 06.06.11 – Proc. N.007909/2011-01 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 6 a 10 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.007909/2011-01, publicado no DOU de 06.06.11, ao servidor Ricardo Rizzato Filho, Matrícula SIAPE n. 1107233, Médico - Área, sujeito ao regime de 40 horas semanais, lotado no Hospital Universitário, para participar do 29° Congresso Panamericano de Oftalmologia, em Buenos Aires – Argentina.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.145,de 06.06.11 – Proc. N.007922/2011-51 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 10 a 19 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.007922/2011-51, publicado no DOU de 06.06.11, ao servidor Glauco da Costa Alvarez, Matrícula SIAPE n. 379630, Professor Adjunto, sujeito ao regime de 40 horas semanais, lotado no Departamento de Cirurgia do Centro de Ciências da Saúde, para participar do 28th Annual Meeting of the ASMBS, em Orlando – EUA.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.146,de 06.06.11 – Proc. N.007790/2011-68 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 3 a 11 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.007790/2011-68, publicado no DOU de 06.06.11, à servidora Themis Maria Kessler, Matrícula SIAPE n. 336935, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde, para participar, apresentando trabalho, do II Seminário Internacional Transdisciplinar sobre o Bebê, em Paris – França.
II – Afastamento com ônus pela CAPES.

N. 60.147,de 06.06.11 – Proc. N.008009/2011-72 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 21 a 30 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008009/2011-72, publicado no DOU de 06.06.11, à servidora Maristela de Oliveira Beck, Matrícula SIAPE n. 2207299, Professor Adjunto, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Departamento de Clínica Médica do Centro de Ciências da Saúde, para participar do 71st Scientific Sessions, em San Diego – USA.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.148,de 07.06.11 - Reitor –
DECLARAR que Demian Girondi Kmohan, Matrícula SIAPE 1357048, Fisioterapeuta, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu a função de Chefe do Serviço de Fisioterapia da Diretoria Clínica/HUSM, Código FG4.123, no período de 11 a 17 de maio de 2011, tendo em vista o afastamento da titular Ana Lucia Cervi Prado.

N. 60.149,de 07.06.11 - Reitor –
DECLARAR que Maria Elizabeth Braga,

Matrícula SIAPE 378625, Auxiliar em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu o Cargo de Direção de Assessor de Gabinete do Reitor, Código CD3.44, no período de 14 a 16 de abril de 2011, tendo em vista o afastamento do titular Jorge Luiz da Cunha.

N. 60.150,de 07.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Cleonice Maria Tomazzetti, Matrícula SIAPE 1069382, Professor 3º Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu o Cargo de Direção de Pró-Reitora de Graduação, Código CD3.05, no período de 27 a 28 de abril de 2011, tendo em vista os afastamentos do titular Orlando Fonseca e do substituto legal Raul Ceretta Nunes.

N. 60.151,de 07.06.11 – Proc. N. 008210/2011-50 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 8 a 11 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008210/2011-50, publicado no DOU de 07.06.11, à servidora Clândia Maffini Gomes, Matrícula SIAPE n. 8382620, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Ciências Administrativas do Centro de Ciências Sociais e Humanas, para participar da Reunión Regional del Proyecto INFOACES, em Buenos Aires – Argentina.
II – Afastamento com ônus pela CAPES.

N. 60.152,de 07.06.11 – Proc. N. 004337/2011-08 – Vice-Reitor –

CONCEDER Progressão Horizontal na Classe de Professor Associado, Nível 2, para Professor Associado, Nível 3, da Carreira de Magistério Superior, de acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado conforme a Lei n. 11.344, de 08/09/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 11/09/2006 e a Portaria N. 7, do Ministério da Educação, de 29/06/2006, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2006, ao docente:

Matrícula	Nome	Vigência
420978	Jorge Abel Flores	27/04/2011

N. 60.153,de 07.06.11 – Proc. N. 005171/2011-01 – Vice-Reitor –

CONCEDER Progressão Horizontal na Classe de Professor Associado, Nível 2, para Professor Associado, Nível 3, da Carreira de Magistério Superior, de acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado conforme a Lei n. 11.344, de 08/09/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 11/09/2006 e a Portaria N. 7, do Ministério da Educação, de 29/06/2006, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2006, à docente:

Matrícula	Nome	Vigência
382134	Sueli Menezes Pereira	14/05/2011

N. 60.154,de 07.06.11 – Proc. N. 006937/2011-01 – Vice-Reitor –

CONCEDER, Licença de Afastamento da Universidade, no período de 1° de junho de 2011 a 1° de junho de 2012, conforme Processo n. 23081.006937/2011-01, à servidora Luzia de Lima Sant'Anna, Matrícula SIAPE n. 382032, Bibliotecário - Documentalista, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada na

Biblioteca Central, com a finalidade de realizar Estudos de Investigação do Doutorado em Epistemologia e História de la Ciência, da Universidad de Tres de Febrero. No período de 1° a 30 de junho de 2011, os estudos se darão no Rio de Janeiro – RJ e no período de 1° de julho de 2011 a 1° de junho de 2012, os estudos ocorrerão na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – RS.
II – O servidor não poderá usufruir férias no período do afastamento.
III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.155,de 07.06.11 – Proc. N. 007453/2011-71 – Vice-Reitor – CONCEDER, Licença de Afastamento da Universidade, no período de 26 de maio de 2011 a 15 de março de 2013, conforme Processo n. 23081.007453/2011-71, à servidora Eleanara Pereira Guedes, Matrícula SIAPE n. 1086856, Costureiro, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada na Coordenação de Recursos Humanos do Hospital Universitário, com a finalidade de realizar Mestrado em Administração, na Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria – RS.
II – O servidor não poderá usufruir férias no período do afastamento.
III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.156,de 07.06.11 – Proc. N. 005968/2011-36 – Vice-Reitor – CONCEDER, Licença de Afastamento da Universidade, no período de 1° de agosto a 30 de novembro de 2011, conforme Processo n. 23081.005968/2011-36, ao servidor Pedro Einstein dos Santos Anceles, Matrícula SIAPE n. 6091271, Professor Assistente, sujeito ao regime de 20 horas semanais, lotado no Departamento de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais e Humanas, com a finalidade de realizar Doutorado em Administração, na Universidade de São Paulo, em São Paulo – SP.
II – O servidor não poderá usufruir férias no período do afastamento. III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.157,de 07.06.11 – Proc. N. 008147/2011-51 – Vice-Reitor – NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, Clarissa Franzoi Dri , habilitada em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o cargo de Professor do Grupo Magistério Superior no Departamento de Ciências Econômicas/CCSH, NA Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com Doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, no código de vaga 0276028, pertencente ao banco de Professor Equivalente desta Instituição.

N. 60.158,de 08.06.11 – Proc. N. 001418/2011-48 – Vice-Reitor – CONCEDER Progressão Vertical de Professor Assistente, Nível 4, para Professor Adjunto, Nível 1, ao docente Mario Lucio Bonotto Rodrigues, Matrícula SIAPE 379537, Matrícula UFSM 4105, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em Regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Artes Visuais/CAL, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2011.

N. 60.159,de 08.06.11 – Proc. N. 006288/2011-30 – Vice-Reitor –

CONCEDER Acesso à Classe de Professor Associado da Carreira de Magistério Superior, de acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado conforme a Lei n. 11.344, de 08/09/2006, publicada no Diário Oficial da União de 11/09/2006 e a Portaria N. 7, do Ministério da Educação, de 29/06/2006, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2006, ao docente:

Matrícula	Nome	Vigência
382339	Eduardo Rizzatti	14/05/2011

N. 60.160,de 08.06.11 – Proc. N. 000178/2011-64 – Vice-Reitor –

CONCEDER Progressão Vertical de Professor Assistente, Nível 4, para Professor Adjunto, Nível 1, ao docente André Krusser Dalmazzo, Matrícula SIAPE 2093184, Matrícula UFSM 10725, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em Regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Artes Visuais/CAL, com efeitos financeiros a partir de 5 de janeiro de 2011.

N. 60.161,de 08.06.11 – Proc. N. 007675/2011-11 – Vice-Reitor –

CONCEDER Progressão Vertical de Professor Assistente, Nível 4, para Professor Adjunto, Nível 1, ao docente André Luiz Aita, Matrícula SIAPE 2118383, Matrícula UFSM 11375, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em Regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Eletrônica e Computação/CT, com efeitos financeiros a partir de 19 de maio de 2011.

N. 60.162,de 08.06.11 – Proc. N. 005979/2011-16 - Reitor –

REMOVER o servidor Daniel Arruda Coronel, Matrícula SIAPE 1844453, Matrícula UFSM 15398, ocupante do cargo de Professor de 3º Grau, Código 5060001, Adjunto I, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, do Departamento de Administração – PM – CESNORS para o Departamento de Ciências Administrativas do CCSH, a partir de 2 de junho de 2011.

N. 60.163,de 08.06.11 – Proc. N. 005820/2011-00 – Reitor -

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de Débora Cristina Lopez, habilitada em Concurso Público de Provas e títulos, para exercer o cargo de Professor do Grupo Magistério superior no Departamento de Ciências da Comunicação/CCSH, na Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, nomeada através da portaria N. 59.996, publicada no DOU de 16/05/2011, devido a sua desistência.

II- NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, Claudia Regina Ziliotto Bomfá, habilitada em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o Cargo de Professor do Grupo Magistério superior no Departamento de Ciências da comunicação/ CCSH, na Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, no código de vaga 0677952, pertencente ao banco de Professor Equivalente desta Instituição. (Processo n. 23081.005820/2011-00 r Processo 23081.008291/2011-98).

N. 60.164,de 09.06.11 - Reitor –

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de Marcelo

Scherer Perlin, habilitado em Concurso Público de Provas e títulos, para exercer o cargo de Professor do Grupo Magistério superior no Departamento de Ciências Administrativas/CCSH, na Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, nomeada através da portaria N. 60.075 , publicada no DOU de 26/05/2011, devido a sua desistência.
II- NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, José de Pietro Neto, habilitado em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o Cargo de Professor do Grupo Magistério superior no Departamento de Ciências Administrativas/CCSH, na Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com Doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, no código de vaga 0715529, pertencente ao banco de Professor Equivalente desta Instituição. (Processo n. 23081.002380/2011-17).

N. 60.165,de 09.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR a Professora 3º Grau Amanda Eloina Scherer, Matrícula SIAPE 381398, lotada no Departamento de Letras Clássicas e Lingüística – CAL, como Coordenadora do Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria e a Université de France-Comté (França).

N. 60.166,de 09.06.11 – Proc. N. 021577/2009-54 – Vice-Reitor –
CONCEDER Progressão Horizontal na Classe de Professor Associado, Nível 1, para Professor Associado, Nível 2, da Carreira de Magistério Superior, de acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado conforme a Lei n. 11.344, de 08/09/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 11/09/2006 e a Portaria N. 7, do Ministério da Educação, de 29/06/2006, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2006, à docente:

Matrícula	Nome	Vigência
380964	Eliane Marfiza Braga Machado Trevisan	01/05/2008

N. 60.167,de 09.06.11 – Proc. N. 008226/2011-62 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 17 a 25 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008226/2011-62, publicado no DOU de 09.06.11, à servidora Sonia de Avila Botton, Matrícula SIAPE n. 2248597, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Medicina Veterinária Preventiva do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, do VII Congresso Latino Americano de Micologia, em Sán José – Costa Ri
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.168,de 09.06.11 – Proc. N. 008242/2011-55 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 22 de julho a 3 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008242/2011-55, publicado no DOU de 09.06.11, ao servidor Valdir Nogueira, Matrícula SIAPE n. 1737453, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Metodologia do Ensino do Centro de Educação, para participar, apresentando trabalho, do XIII Encontro de Geógrafos da América Latina, em Sán José – Costa Rica.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.169,de 09.06.11 – Proc. N. 007783/2011-66 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 22 de junho a 1° de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.007783/2011-66, publicado no DOU de 09.06.11, ao servidor Marcelo Freitas da Silva, Matrícula SIAPE n. 6382896, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado na Direção do Colégio Técnico Industrial, para participar, apresentando trabalho, do 20th IEEE International Symposium on Industrial Electronics, em Gdansk – Polônia e realizar Visita Técnica ao Instituto de Pesquisa de Fraunhofer, em Berlin – Aleman
II – Afastamento com ônus pela CAPES.

N. 60.170,de 09.06.11 – Proc. N. 008177/2011-68 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 26 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008177/2011-68, publicado no DOU de 09.06.11, ao servidor Eno Darci Saatkamp, Matrícula SIAPE n. 1432927, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Engenharia Rural do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, do 5° Simpósio Brasil – Alemanha de Desenvolvimento Sustentável, em Stuttgart – Alemanha.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.171,de 09.06.11 – Proc. N. 008214/2011-38 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 4 a 11 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008214/2011-38, ao servidor Noé Ricardo Timm, Matricula SIAPE n. 1364111, Técnico em Radiologia, sujeito ao regime de 24 horas semanais, lotado no Hospital Universitário, para participar, apresentando trabalho, do Encontro de Física 2011, em Foz do Iguaçu – PR.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.172,de 09.06.11 – Proc. N. 008108/2011-54 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 4 a 11 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008108/2011-54, à servidora Inés Prieto Schmidt Sauerwein, Matricula SIAPE n. 2210075, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Física do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, do Encontro de Física 2011, em Foz do Iguaçu – PR.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.173,de 09.06.11 – Proc. N. 008216/2011-27 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 22 a 26 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008216/2011-27, à servidora Ana Ligia da Silva Silveira, Matricula SIAPE n. 1101166, Médico - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do VIII Congresso Paulista de Neurologia, em Guarujá – SP.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.174,de 09.06.11 – Proc. N. 008144/2011-18 – Vice-Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no

período de 2 a 5 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008144/2011-18, à servidora Isabel Christine Silva de Gregori, Matricula SIAPE n. 2111744, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Direito do Centro de Ciências Sociais e Humanas, para participar da JID - Jornada Internacional de Direito, em gramado – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.175,de 09.06.11 – Proc. N. 008095/2011-13 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no período de 14 a 19 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008095/2011-13, à servidora Luzia de Lima Sant'anna, Matricula SIAPE n. 382032, Bibliotecário - Documentalista, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada na Biblioteca Central, para participar do VII Simpósio Internacional Principia, em Florianópolis – SC.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.176,de 09.06.11 – Proc. N. 008219/2011-61 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 17 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008219/2011-61, à servidora Carmen Lucia Prade Comassetto, Matricula SIAPE n. 1184959, Técnico em Enfermagem, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do II Encontro de Enfermagem Oncológica do HCPA e I Encontro de Farmácia Oncológica, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.177,de 09.06.11 – Proc. N. 008238/2011-97 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 17 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008238/2011-97, à servidora Cintia da Silva Marconato, Matricula SIAPE n. 2322961, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do II Encontro de Enfermagem Oncológica do HCPA e I Encontro de Farmácia Oncológica, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.178,de 09.06.11 – Proc. N. 008222/2011-84 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 17 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008222/2011-84, à servidora Viviani Viero, Matricula SIAPE n. 1543130, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do II Encontro de Enfermagem Oncológica do HCPA e I Encontro de Farmácia Oncológica, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.179,de 09.06.11 – Proc. N. 008221/2011-30 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 17 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008221/2011-30, à servidora Lucélia Gindri, Matricula SIAPE n. 1584834, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do II Encontro de Enfermagem Oncológica do HCPA e I Encontro de Farmácia Oncológica, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.180,de 09.06.11 - Reitor –

NOMEAR José Airton Brutti, Matrícula SIAPE 380963, ocupante do cargo de Economista, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer o Cargo de Direção de Assessor de Gabinete do Reitor, Código CD4.03.
II – Esta portaria vigora a partir da publicação no Diário Oficial da União.

N. 60.181,de 10.06.11 - Reitor –

DESIGNAR Rosangela Beatriz Pereira da Silveira, Matrícula SIAPE 1095737, ocupante do cargo de Enfermeiro-Área, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Tratamento Intensivo Pediátrico da Coordenação de Enfermagem Materno-Infantil da Diretoria de Enfermagem/HUSM, Código FG4.148.
II – DISPENSAR, Eloá Silvestre Reis, Enfermeiro-Área, Matrícula SIAPE 1362531, da função acima, para a qual foi designada pela Portaria N. 59.773 de 08.04.2011.
III – Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

N. 60.182,de 10.06.11 – proc. N. 006019/2011-30 – Vice-Reitor –

ALTERAR a proporcionalidade dos proventos de aposentadoria da servidora Rosa Catarina Anschau Thielke, Matrícula SIAPE 379315, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento 07, aposentada Portaria N. 37.831, de 04.05.1998, publicada no Diário Oficial da União de 11.05.1998, Seção 2, Página 22, para 28/30 avos, em virtude de decisão judicial proferida nos autos do processo n. 2002.71.02.000286-6 e de acordo com o Ofício n. 0444/2009-ER/SM – PRF4.

N. 60.183,de 10.06.11 – Proc. N. 005353/2011-18 – Vice-Reitor –

CONCEDER Progressão Horizontal na Classe de Professor Associado, Nível 1, para Professor Associado, Nível 2, da Carreira de Magistério Superior, de acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado conforme a Lei n. 11.344, de 08/09/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 11/09/2006 e a Portaria N. 7, do Ministério da Educação, de 29/06/2006, publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2006, à docente:

Matrícula	Nome	Vigência
382348	Karin Erica Brass	01/01/2009

N. 60.184,de 10.06.11 – Proc. N. 008295/2011-76 – Vice-Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 17 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008295/2011-76, à servidora Margareth Caetano Freo, Matricula SIAPE n. 1095259, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do II Encontro de Enfermagem Oncológica do HCPA e I Encontro de Farmácia Oncológica, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.185,de 10.06.11 – Proc. N. 006384/2011-88 – Vice-Reitor –

DESIGNAR o Auxiliar de Nutrição e Dietética Leandro Cervo, Matrícula SIAPE 1095040, do Quadro Único de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, para, em substituição ao membro Rodenei Bello Pedroso, Assistente em Administração, Matrícula SIAPE 382017, integrar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar no processo supracitado.

N. 60.186,de 10.06.11 – Proc. N. 007866/2011-55 – Vice-Reitor –

CONCEDER, Licença de Afastamento da Universidade, no período de 16 de julho de 2011 a 15 de julho de 2012, conforme Processo n. 23081.007866/2011-55, à servidora Silvia Helena Lovato do Nascimento, Matrícula SIAPE n. 2161874, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Letras Vernáculas do Centro de Artes e Letras, com a finalidade de realizar Estágio de Pós-Doutorado em Lingüística, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba – PR.
II – O servidor não poderá usufruir férias no período do afastamento.
III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.187,de 10.06.11 – Proc. N. 008220/2011-95 – Vice-Reitor –

CONCEDER, Licença de Afastamento Parcial da Universidade, no período de 1° de junho de 2011 a 31 de março de 2012, conforme Processo n. 23081.008220/2011-95, à servidora Cecilia Maria Brondani, Matrícula SIAPE n. 382795, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, com a finalidade de realizar Doutorado em Enfermagem, no Convênio DINTER Novas Fronteiras – UFSM – UNIFESP – UFRJ, em Santa Maria – RS.
II – Durante o afastamento, a carga horária da referida servidora ficará reduzida em 20 horas semanais.
III – Durante o afastamento, a referida servidora deixará de perceber a Função Gratificada.
IV – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.188,de 13.06.11 – Proc. N. 008294/2011-21 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 24 de junho a 1° de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008294/2011-21, publicado no DOU de 13.06.11, ao servidor Ricardo Nederson do Prado, Matrícula SIAPE n. 317531, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Processamento de Energia Elétrica do Centro de Tecnologia, para participar, apresentando trabalho, do 20th IEEE International Symposium on Industrial Electronics, em Gdansk – Pólo.
II – Afastamento com ônus pelo CNPq.

N. 60.189,de 14.06.11 – Proc. N. 006957/2011-73 – Vice-Reitor –

ALTERAR o Regime de Trabalho, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, de Marcelo Carlos Zampieri, Professor Assistente, Nível 4, Matrícula SIAPE 2196314, Matrícula UFSM 11271, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, lotado no Departamento de Direito do Centro de Ciências Sociais e Humanas, a partir de 9 de junho de 2011.

N. 60.190,de 14.06.11 – Proc. N. 008254/2011-80 – Vice-Reitor –

ALTERAR o Regime de Trabalho, de 40

(quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, de Nara Maria Beck Martins, Professor Assistente, Nível 1, Matrícula SIAPE 3258620, Matrícula UFSM 13284, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, lotada no Departamento de Patologia do Centro de Ciências da Saúde, a partir de 9 de junho de 2011.

N. 60.191,de 14.06.11 – Proc. N. 008232/2011-10 – Vice-Reitor –

CONCEDER Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, a Rute Silva, Matrícula SIAPE 381924, ocupante do cargo de Enfermeiro-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, Padrão de Vencimento 15, do Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, com fundamento no Artigo 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n. 47, de 05.07.2005.

N. 60.192,de 14.06.11 - Reitor –

TORNAR sem efeito o afastamento do País, do servidor Ricardo Rizzato Filho, matrícula SIAPE n. 1107233, publicado no DOU de 06.06.11, seção 2, página 24, concedido pela Portaria n. 60.144, de 6 de junho de 2011, conforme retificação publicada no DOU de 14 de junho de 2011.

N. 60.193,de 15.06.11 – Proc. N. 008466/2011-87 – Vice-Reitor –

NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, Daiana Aparecida da silva Flores, habilitada em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o Cargo de Professor do Grupo Magistério superior no Departamento de Matemática/CCNE, na Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com Doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, no código de vaga 0805369, decorrente de redistribuição de Maria de Lourdes Merlini Giuliani, conforme Portaria N. 336, de 31/03/2009, publicada no Diário Oficial da União, de 01/04/2009.

N. 60.194,de 15.06.11 – Proc. N. 006328/2011-43 – Vice-Reitor –

CONCEDER Progressão por Titulação da Classe D I, Nível 1, para a Classe D III, Nível 1, a Viviane Terezinha Sebalhos Dal Molin, Matrícula SIAPE 2773018, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Único de Pessoal desta Universidade, em regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, com efeitos financeiros a contar de 3 de maio de 2011

N. 60.195,de 15.06.11 – Proc. N. 006328/2011-43 – Vice-Reitor –

CONCEDER a Retribuição por Titulação (RT) de Mestre a Viviane Terezinha Sebalhos Dal Molin, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 1, Matrícula SIAPE 2773018, do Quadro Único de Pessoal desta Universidade, em regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, com efeitos financeiros a contar de 3 de maio de 2011.
II – TORNAR SEM EFEITO a Retribuição por Titulação de Especialista da referida professora a partir de 3 de maio de 2011.
III – TORNAR SEM EFEITO a Portaria N. 59.999, de 13 de maio de 2011.
N. 60.196,de 15.06.11 – Proc. N. 008296/2011-11 – Vice-Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento da Universidade, no dia 17 de junho de 2011, conforme Processo n. 23081.008296/2011-11,

à servidora Sandra Helena Comassetto Barros, Matricula SIAPE n. 1142318, Enfermeiro – Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, para participar do II Encontro de Enfermagem Oncológica do HCPA e I Encontro de Farmácia Oncológica, em Porto Alegre – RS.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.197,de 15.06.11 – Proc. N. 008218/2011-16 – Vice-Reitor –
CONCEDER, Licença de Afastamento Parcial da Universidade, no período de 1° de junho de 2011 a 31 de março de 2012, conforme Processo n. 23081.008218/2011-16, à servidora Izabel Cristina Hoffmann, Matrícula SIAPE n. 2345582, Enfermeiro - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Hospital Universitário, com a finalidade de realizar Doutorado em Enfermagem, no Convênio DINTER Novas Fronteiras – UFSM – UNIFESP – UFRJ, em Santa Maria – RS.
II – Durante o afastamento, a carga horária da referida servidora ficará reduzida em 20 horas semanais.
III – Durante o afastamento, a referida servidora deixará de perceber a Função Gratificada.
IV – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.198,de 15.06.11 – Proc. N. 007937/2011-10 – Vice-Reitor –
CONCEDER, Licença de Afastamento Parcial da Universidade, no período de 1° de junho a 17 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.007937/2011-10, à servidora Raquel Freitas Penna, Matrícula SIAPE n. 1110352, Assistente em Administração, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Curso de Física do Centro de Ciências Naturais e Exatas, com a finalidade de realizar Especialização em Administração e Gestão Pública, na Universidade Federal de Santa Maria, em Santa Maria – RS.
II – Durante o afastamento, a carga horária da referida servidora ficará reduzida em 20 horas semanais.
III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.199,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR Lucas Durr Missau, Matrícula SIAPE 1643356, ocupante do cargo de Diretor de Imagem, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer a Função Gratificada de Chefe do Núcleo de Agência de Notícias da Coordenadoria de Comunicação Social, Código FG4.064.
II – DISPENSAR Lucas Carneiro Casali, Jornalista, Matrícula SIAPE 1643964, da função acima, para a qual foi designada pela Portaria N. 59.536 de 03.03.2011.
III – Esta portaria vigora a partir da publicação no Diário Oficial da União.

N. 60.200,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR Rejane da Silva Miranda, Matrícula SIAPE 1104147, ocupante do cargo de Programador de Rádio e Televisão, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer a Função Gratificada de Chefe do Núcleo de Rádio Universidade da Coordenadoria de Comunicação Social, Código FG4.062.
II – DISPENSAR Celso Augusto Fontoura Franzen, Sonoplasta, Matrícula SIAPE 381885, da função acima, para a qual foi designada pela

Portaria N. 45.994 de 01.03.2004.
III – Esta portaria vigora a partir da publicação no Diário Oficial da União.

N. 60.201,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
DISPENSAR Janice Medeiros da Silva, Matrícula SIAPE 381553, ocupante do cargo de Publicitário, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Função Gratificada de Chefe Substituto do Núcleo de Rádio Universidade da Coordenadoria de Comunicação Social, Código FG4.062, para a qual foi designada pela Portaria N. 46.871 de 25.10.2004.

N. 60.202,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR Rafael Marcelino Bald, Matrícula SIAPE 1642462, ocupante do cargo de Diretor de Imagem, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer a Função Gratificada de Chefe do Núcleo de TV Universitária da Coordenadoria de Comunicação Social, Código FG4.061.
II – DISPENSAR Martha Regina Marchesan Santos, Relações Públicas, Matrícula SIAPE 378690, da função acima, para a qual foi designada pela Portaria N. 52.177 de 09.01.2008.
III – Esta portaria vigora a partir da publicação no Diário Oficial da União.

N. 60.203,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
DISPENSAR Manuela Lang Motta, Matrícula SIAPE 1643960, ocupante do cargo de Diretor de Produção, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Função Gratificada de Chefe Substituto do Núcleo de TV Universitária da Coordenadoria de Comunicação Social, Código FG4.061, para a qual foi designada pela Portaria N. 56.808 de 22.01.2010.

N. 60.204,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
NOMEAR Lucas Durr Missau, Matrícula SIAPE 1643356, ocupante do cargo de Diretor de Imagem, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para, em substituição, exercer o Cargo de Direção de Coordenador da Coordenadoria de Comunicação Social, Código CD4.21, nos impedimentos legais ou eventuais da titular Elisangela Carlosso Machado Mortari.

N. 60.205,de 16.06.11 – Vice-Reitor –
DESIGNAR Cristiele Spat, Matrícula SIAPE 1849734, ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, do Quadro Único de Pessoal da UFSM para exercer a Função Gratificada de Secretário Administrativo do Departamento de Biologia do Centro de Ciências Naturais e Exatas, Código FG7.026.
II – DISPENSAR Geneci Hautrive de Aguiar, Secretário Executivo, Matrícula SIAPE 381388, da função acima, para a qual foi designada pela Portaria N. 58.692 de 13.10.2010.
III – Esta portaria vigora a partir da publicação no Diário Oficial da União.

N. 60.206,de 16.06.11 - Proc. N. 007023/2011-59 – Vice-Reitor –
INCLUIR na Portaria N. 25.076, de 13.05.1991, publicada no Diário Oficial da União de 17.05.1991, Seção 2, Página 3290, de concessão de aposentadoria da servidora

Ligia Martins da Silveira Lima, Matrícula SIAPE 378138, ocupante do cargo de Produtor Cultural, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, Padrão de Vencimento 13, a vantagem do Artigo 190, da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, em conformidade com o disposto no Acórdão TCU n. 278/2007-Plenário e na Orientação Normativa n. 05/2008-SRH/MP.

N. 60.207,de 16.06.11 - Proc. N. 006988/2011-24 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 12 a 30 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.006988/2011-24, publicado no DOU de 16.06.11, à servidora Maria Rosa Chitolina Schetinger, Matrícula SIAPE n. 6382628, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Química do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, do 8th IBRO World Congress of Neuroscience e Estágio na Universidade de Florença, em Florença e realizar Visita à Universidade de Trieste, em Trieste – Itál
II – Afastamento com ônus pelo CNPq e PROAP/CAPES.

N. 60.208,de 16.06.11 - Proc. N. 007789/2011-33 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 3 a 11 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.007789/2011-33, publicado no DOU de 16.06.11, à servidora Ana Paula Ramos de Souza, Matrícula SIAPE n. 2093180, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde, para participar do II Seminário Internacional Transdisciplinar de Clínica e Pesquisa sobre o Bebê e realizar Visita a Hospital, em Paris – França.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.209,de 17.06.11 - Proc. N. 008488/2011-61 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o afastamento do País, período de 17 a 26 de junho de 2011, conforme Processo 23081.008480/2011-60, publicado no DOU de 17.06.11, á servidora Estela Maris Giordani, Matrpicula SIAPE n. 1464239, Professor Adjunto, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada no Departamento de Metodologia do ensino do Centro de Educação, para participar da Cerimônia de Premiação do Prêmio Antonio Meneghetti 2011, em Genebra – Suíça.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.210,de 17.06.11 - Proc. N. 008321/2011-66 – Vice-Reitor – AUTORIZAR o afastamento do País, período de 12 a 16 de junho de 2011, conforme Processo 23081.008321/2011-66, publicado no DOU de 17.06.11, á servidor Reimar Carlesso, Matricula SIAPE n. 379305 , Professor Titular, sujeito ao regime Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Engenharia rural do Centro de ciências Rurais, para participar do Evento "TIC y Agricultura", em Montevideo – Uruguai.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.211,de 20.06.11 - Proc. N. 006569/2011-92 – Vice-Reitor – CONCEDER Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, a Angelo Lorensi Filho, Matrícula SIAPE 381466, ocupante do cargo de Motorista, Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento 16, do Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, com fundamento no Artigo 3º,

incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n. 47, de 05.07.2005.

N. 60.212,de 20.06.11 - Proc. N. 019568/2010-27 – Vice-Reitor – CONCEDER Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, a Aldiocir Francisco Dalla Vecchia, Matrícula SIAPE 381847, ocupante do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, Padrão de Vencimento 16, do Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, com fundamento no Artigo 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n. 47, de 05.07.2005.

N. 60.213,de 20.06.11 - Proc. N. 008328/2011-88 – Vice-Reitor –

DECLARAR, de acordo com o inciso VIII, do Artigo 33, da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, a existência de uma vaga, a partir de 10 de junho de 2011, no cargo de Assistente em Administração, no lugar de Silvane Brand Fabrizio, Matrícula SIAPE 1726277, lotada na Direção do CESNORS – FW, do Quadro Único desta Instituição.

N. 60.214,de 20.06.11 - Proc. N. 008387/2011-56 – Vice-Reitor – DECLARAR, de acordo com o inciso VIII, do Artigo 33, da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, a existência de uma vaga, a partir de 10 de junho de 2011, no cargo de Professor 3º Grau, no lugar de Ana Augusta Mendonça de Oliveira, Matrícula SIAPE 1747351, lotada no Departamento de Física – CCNE, do Quadro Único desta Instituição.

N. 60.215,de 20.06.11 - Proc. N. 008484/2011-49 - Reitor – AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 22 de junho a 6 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008484/2011-49, publicado no DOU de 20.06.11, à servidora Ana Cláudia Pavão Siluk, Matrícula SIAPE n. 1564047, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Educação Especial do Centro de Educação, para participar, apresentando trabalho, de Aula Presencial do Curso de AEE, em Praia – Cabo Verde
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.216,de 20.06.11 - Proc. N. 008485/2011-93 - Reitor – AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 22 de junho a 6 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008485/2011-93, publicado no DOU de 20.06.11, à servidora Silvia Maria de Oliveira Pavão, Matrícula SIAPE n. 1717236, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Educação, para participar, apresentando trabalho, de Aula Presencial do Curso de AEE, em Praia – Cabo Verde.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.217,de 20.06.11 - Proc. N. 008520/2011-92 - Reitor – CONCEDER, Licença de Afastamento do País, no período de 1° de outubro de 2011 a 1° de setembro de 2012, conforme Processo n. 23081.008520/2011-74, publicado no DOU de 20.06.11, à servidora Nara Vieira Ramos, Matrícula SIAPE n. 1545099, professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Educação, com a

finalidade de realizar Pós-Doutorado em Investigação Participativa para o Desenvolvimento Local, na Universidade Complutense de Madri, em Madri – Espanha.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.218,de 20.06.11 - Reitor –
CANCELAR, a partir de 13 de junho de 2011, os efeitos da Portaria n. 59.790, de 13 de abril de 2011, que concedeu Licença de Afastamento do País, ao servidor Marcos Antonio Pinto Martins, Matrícula SIAPE n. 381334, tendo em vista o retorno às suas atividades didáticas, conforme publicação.

N. 60.219,de 21.06.11 - Proc. N. 004561/2011-91 - Reitor –
NOMEAR, em caráter efetivo, para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11-12-90, QUÉZIA BOEIRA DA CUNHA, habilitado(a) em Concurso Público, classificado(a) em 4° lugar, para exercer o cargo de Enfermeiro, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta Instituição, decorrente de Aposentadoria de Rute Silva, publicada no DOU de 1706-2011, código n. 295199.

N. 60.220,de 21.06.11 - Proc. N. 004561/2011-91 - Reitor –
NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, YUSEF MAHATHMA HENCHENSKI GIDRÃO, habilitado em Concurso Público de Classificado em 5° lugar, para exercer o cargo de Técnico de Tecnologia da Informação, Nível de Classificação D Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime de trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta Instituição, decorrente da Redistribuição, publicada no DOU de 16/06/11, código n. 253244.

N. 60.221,de 21.06.11 - Proc. N. 019563/2010-02 - Reitor –
TORNAR SEM EFEITO a nomeação de ALESSANDRA POSSEBON DE OLIVEIRA para o cargo de Assistente em Administração, Nível de classificação E, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, nomeada através da portaria n. 60.095, publicada no DOU de 02/06/2011, com base no parágrafo 6° do artigo 13, da Lei 8.112, de 11.12.90.
II- NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, EDUARDO STEFFENELLO CHISLENI, habilitado em Concurso Público, classificado em 39° lugar, para exercer o cargo de Assistente em Administração, Nível de classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime e trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA DESTA Instituição, decorrente de aposentadoria de ana Olímpia Pissolato Ravanello, publicada no DOU de 26/04/11, código 292566.

N. 60.222,de 21.06.11 - Proc. N. 004561/2011-91 - Reitor –
TORNAR SEM EFEITO a nomeação de ROBERTA GRAEFF DE SOUZA SOARES para o cargo de Assistente em Administração, Nível de classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, nomeada através da portaria n. 60.131, publicada no

DOU de 09/06/2011, tendo em vista a desistência da mesma.
II- NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, SUZANE DEYSE VAZ OEREIRA, habilitada em Concurso Público, classificado em 40° lugar, para exercer o cargo de Assistente em Administração, Nível de classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime e trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta instituição, decorrente de Redistribuição, publicada no DOU de 03/6/11, código n. 268851.

N. 60.223,de 22.06.11 - Proc. N. 008324/2011-08 – Vice-Reitor –
DECLARAR, de acordo com o inciso VIII, do Artigo 33, da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, a existência de uma vaga, a partir de 29 de junho de 2011, no cargo de Professor de 3º Grau, Classe Professor Adjunto, em lugar de Renato César Sato, Matrícula SIAPE 1859486, lotado no Departamento de Administração CESNORS/Palmeira das Missões, do Quadro Único desta Instituição.

N. 60.225,de 22.06.11 - Proc. N. 004561/2011-91 - Reitor –
NOMEAR, em caráter efetivo para o Quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei n. 8.112, de 11.12.90, SOLANGE BUSANELLO, habilitada em Concurso Público, classificado em 10° lugar, para exercer o cargo de Assistente em Administração, Nível de classificação D, Nível de Capacitação I, Padrão de Vencimento I, em regime e trabalho de 40 horas semanais, em vaga pertencente ao QRSTA desta instituição, do CESNORS/ Frederico Westphalen, decorrente de Posse em cargo Inacumulável de Silvane Brand Fabrizio, publicada no DOU de 22/06/2011, código n. 813260.

N. 60.226,de 27.06.11 - Proc. N. 008565/2011-49 - Reitor –
NOMEAR, em caratê efetivo, para o quadro de Pessoal desta Instituição, de acordo com o item I, do artigo 9°, da Lei 8.112, de 11.12.90, Paulo Sérgio de Jesus Costa, habilitado em Concurso Público de Provas e Títulos, para exercer o cargo de Professor do Grupo Magistério superior no Departamento de Filosofia/CCSH, na Classe de Professor Adjunto, Nível 1, com Doutorado, em regime de Dedicação Exclusiva, no código de vaga 0221025, decorrente da redistribuição de Abel Lassale Casanave, conforme Portaria N. 1.539, de 11/112010, publicada no diário Oficial da União, de 12/11/2010.

N. 60.227,de 27.06.11 - Reitor –
DESIGNAR Evandro Bertol, Matrícula SIAPE 1868295, ocupante do cargo de Assistente em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Secretário Administrativo da Coordenação do Curso de Artes Cênicas do Centro de Artes e Letras, Código FG7.171.
II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N. 60.228,de 28.06.11 - Proc. N. 008329/2011-22 – Vice-Reitor –
CONCEDER Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, a Rosa Maria Pachaly Dalcin, Matrícula SIAPE 381522, ocupante do cargo de Médico-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, Padrão de Vencimento 16, do Quadro de

Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, com fundamento no Artigo 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional n. 47, de 05.07.2005.

N. 60.229,de 28.06.11 - Proc. N. 008626/2011-78 – Vive-Reitor –
APOSENTAR Compulsoriamente o servidor João Paulo Vizzotto, Matrícula SIAPE 6379982, ocupante do cargo de Professor Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-II, Nível 4, em regime de Dedicação Exclusiva, lotado na Direção do Colégio Técnico Industrial/CTISM, do Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, com vigência a partir de 25 de junho de 2011, com fundamento no Artigo 40, §1º, inciso II e §§ 3º e 17, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 19.12.2003, combinado com o Artigo 1º, da Lei n. 10.887, de 18.06.2004, com proventos proporcionais à razão de 14/35 avos.

N. 60.230,de 28.06.11 - Proc. N. 008489/2011-71 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 7 a 24 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008489/2011-71, publicado no DOU de 28.06.11, à servidora Maria Teresa Aquino de Campos Velho, Matrícula SIAPE n. 379679, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do Centro de Ciências da Saúde, para participar, apresentando trabalho, do Curso "Humanizing Tomorrow's Biomedicine: To-Do/Not-to-do Dilemmas in Clinical Practice – XV International Intensive Program (IP)", em Udine – Itália.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM

N. 60.231,de 28.06.11 - Proc. N. 008527/2011-96 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 21 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008527/2011-96, publicado no DOU de 28.06.11, à servidora Ionara Regina Pizzutti, Matrícula SIAPE n. 1286115, Professor Adjunto, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Química do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, do 48th Annual Florida Pesticide Residue Workshop, em Tampa – EUA
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.232,de 28.06.11 - Proc. N. 008510/2011-39 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 19 de julho a 1° de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008510/2011-39, publicado no DOU de 28.06.11, à servidora Elena Blume, Matrícula SIAPE n. 1220152, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Defesa Fitossanitária do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, de Viagem de Estudos Científico-Culturais, em Hannover e Munique – Alemanha.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM

N. 60.233,de 28.06.11 - Proc. N. 008587/2011-17 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 21 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008587/2011-17, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor Alexandre Pires Rosa,

Matrícula SIAPE n. 379668, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Zootecnia do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, do "Poultry Science Association", em Saint Louis – USA.
II – Afastamento com ônus pelo CNPq.

N. 60.234,de 28.06.11 - Proc. N. 008518/2011-03 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 14 a 23 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008518/2011-03, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor Pedro Brum Santos, Matrícula SIAPE n. 2114515, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Letras Vernáculas do Centro de Artes e Letras, para participar, apresentando trabalho, do X Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, em Faro – Portugal.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.235,de 28.06.11 - Proc. N. 008528/2011-31 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 19 de julho a 11 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008528/2011-31, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor Giovani Rubert Librelotto, Matrícula SIAPE n. 1684626, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Eletrônica e Computação do Centro de Tecnologia, para participar de Projeto de Colaboração com a Universidade do Minho, em Braga – Portugal.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.236,de 28.06.11 - Proc. N. 008463/2011-23 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 21 a 30 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008463/2011-23, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor Luis Eduardo de Souza Robaina, Matrícula SIAPE n. 1060971, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, do XIII EGAL – Encuentro de Geógrafos de América Llatina, San José – Costa Rica.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.237,de 28.06.11 - Proc. N. 008483/2011-02 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 27 de agosto a 9 de setembro de 2011, conforme Processo n. 23081.008483/2011-02, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor Valny Giacomelli Sobrinho, Matrícula SIAPE n. 7382087, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais e Humanas, para participar, apresentando trabalho, da Conferência "Frontiers in Historical Ecology", em Birmensdorf, Zurique – Suíça.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.238,de 28.06.11 - Proc. N. 008531/2011-54 - Reitor –
AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 1° de setembro a 31 de dezembro de 2011, conforme Processo n. 23081.008531/2011-54, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor João Manoel Roratto, Matrícula SIAPE n. 380911, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sujeito ao regime de Dedicação

Exclusiva, lotado na Direção do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, para realizar Estágio de Doutorado, na Universidade do Minho, em Braga – Portugal.
II – Afastamento com ônus pela CAPES.

N. 60.239,de 28.06.11 - Proc. N. 008176/2011-13 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 26 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008176/2011-13, publicado no DOU de 28.06.11, ao servidor Jaime Freiberger Junior, Matrícula SIAPE n. 1672100, Professor Adjunto, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Engenharia Rural do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, do 5° Simpósio Brasil – Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável 2011, em Stuttgart – Alemanha.
II – Afastamento com ônus para a UFSM (passagens e diárias), conforme autorização n°.20110520.56, de 20 de maio de 2011, do Ministro de Estado da Educação.

N. 60.240,de 28.06.11 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 24 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008487/2011-82, publicado no DOU de 28.06.11, à servidora Venice Teresinha Grings, Matrícula SIAPE n. 1095759, Pedagogo - Área, sujeita ao regime de 40 horas semanais, lotada na Unidade de Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, do 5° Simpósio Brasil – Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável 2011, em Stuttgart – Aleman
II – Afastamento com ônus para a UFSM (diárias de 18 a 22 de julho de 2011), conforme autorização n°.20110520.56, de 20 de maio de 2011, do Ministro de Estado da Educação.

N. 60.241,de 29.06.11 - Reitor

CONCEDER, Licença de Afastamento da Universidade, no período de 1° de agosto de 2011 a 3 de junho de 2013, conforme Processo n. 23081.008413/2011-46, ao servidor Marcelo Trevisan, Matrícula SIAPE n. 2512088, Professor Assistente, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Ciências Administrativas do Centro de Ciências Sociais e Humanas, com a finalidade de realizar Doutorado em Administração, com ênfase em Gestão da Tecnologia e da Produção, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre – RS.
II – O servidor não poderá usufruir férias no período de afastamento.
III – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.242,de 30.06.11 - Reitor –

DESIGNAR os docentes, abaixo relacionados, para fazerem parte da equipe de elaboração da proposta APCN/2001 do Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede:

- **Profª. 3º Grau Andréia Machado Oliveira, CEaD/PROGRAD, Matr. SIAPE 1851387;**
- **Prof. 3º Grau Jerônimo Siqueira Tybusch, CEaD/PROGRAD, Matr. SIAPE 2579368;**
- **Prof. 3º Grau Frederico Menine Schaf, CEaD/PROGRAD, Matr. SIAPE 1861222;**

- **Profª. 3º Grau Karla Marques da Rocha, Departamento de Metodologia do Ensino/CE, Matr. SIAPE 223102.**

N. 60.243,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Valkiria Ribeiro de Barcellos, Matrícula SIAPE 1363676, ocupante do cargo de Enfermeiro-Área, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Nefrologia da Coordenação de Enfermagem em Clínica Médica da Diretoria de Enfermagem/HUSM, Código FG4.152, no período de 11 de fevereiro a 2 de março de 2011, tendo em vista as férias regulamentares da titular, Luiza de Oliveira Pitthan.

N. 60.244,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Álvaro Hugo Eder, Matrícula SIAPE 1834467, ocupante do cargo de Administrador, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu a Função Gratificada de Chefe do Setor de Orçamento da Secretaria do Centro de Educação, Código FG7.092, no período de 11 a 24 de abril de 2011, tendo em vista as férias regulamentares da titular, Jéssica Schmidt.

N. 60.245,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Álvaro Hugo Eder, Matrícula SIAPE 1834467, ocupante do cargo de Administrador, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu a Função Gratificada de Secretário Administrativo do Centro de Educação, Código FG4.083, no período de 6 a 20 de junho de 2011, tendo em vista as férias regulamentares da titular, Marlei Terezinha Coradini.

N. 60.246,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Rosangela Marion da Silva, Matrícula SIAPE 2556312, ocupante do cargo de Enfermeiro-Área, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Clínica Cirúrgica da Coordenação de Enfermagem Cirúrgica da Diretoria de Enfermagem/HUSM, Código FG4.157, no período de 13 de abril a 12 de maio de 2011, tendo em vista a Licença Tratamento de Saúde da titular, Alexsandra Micheline Real Saul.

N. 60.247,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Maria Elizabeth Braga, Matrícula SIAPE 378625, ocupante do cargo de Auxiliar em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu o Cargo de Direção de Assessor de Gabinete do Reitor, Código CD3.44, no dia 13 de junho de 2011, tendo em vista o afastamento do titular, Jorge Luiz da Cunha.

N. 60.248,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Carmen Regina Echeverria Borges, Matrícula SIAPE 378678, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro Único de Pessoal da UFSM em substituição exerceu o Cargo de Direção de Coordenador da Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Código CD4.43, no período de 1º a 3 de junho de 2011, tendo em vista o afastamento do titular, Carlos Augusto Cunha Filho, para participar do Encontro Regional Sul do SIASS – Florianópolis/SC.

N. 60.249,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Carmen Regina Echeverria Borges, Matrícula SIAPE 378678, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro Único de Pessoal da UFSM em substituição exerceu o Cargo de Direção de Coordenador da Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Código CD4.43, no período de 21 a 23 de junho de 2011, tendo em vista o afastamento do titular, Carlos Augusto Cunha Filho.

N. 60.250,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Carlos Alberto Machado do Nascimento, Matrícula SIAPE 1275103, ocupante do cargo de Médico-Área, do Quadro Único de Pessoal da UFSM em substituição exerceu o Cargo de Direção de Coordenador da Perícia Médica da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, Código CD4.51, no período de 1º a 3 de junho de 2011, tendo em vista o afastamento da titular, Liliani Mathias Brum, para participara do Encontro Regional Sul do SIASS – Forianópolis/SC.

N. 60.251,de 30.06.11 - Reitor –

DECLARAR que Álvaro Hugo Eder, Matrícula SIAPE 1834467, ocupante do cargo de Administrador, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em substituição, exerceu a Função Gratificada de Secretário Administrativo do Centro de Educação, Código FG4.083, no período de 2 a 15 de maio de 2011, tendo em vista a Licença Tratamento de Saúde da titular, Marlei Terezinha Coradini.

N. 60.252,de 30.06.11 – Proc. N. 008512/2011-28 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 6 a 18 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008512/2011-28, publicado no DOU de 30.06.11, à servidora Maria Rosa Chitolina Schetinger, Matrícula SIAPE n. 6382628, Professor Associado, sujeita ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Química do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, de Viagem de Colaboração Científica com a Universidade de Akure, em Akure – Nigéria
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM e com ônus Projeto Pró-África/CNPq (diárias e passagens).

N. 60.253,de 30.06.11 – Proc. N. 008511/2011-83 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 6 a 18 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008511/2011-83, publicado no DOU de 30.06.11, ao servidor João Batista Teixeira da Rocha, Matrícula SIAPE n. 379570, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Química do Centro de Ciências Naturais e Exatas, para participar, apresentando trabalho, de Viagem de Colaboração Científica com a Universidade de Akure, em Akure – Nigéria
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM e com ônus Projeto Pró-África/CNPq (diárias e passagens).

N. 60.254,de 30.06.11 – Proc. N. 008615/2011-43 - Reitor –

AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2011, conforme Processo n. 23081.008614/2011-43, publicado no DOU de 30.06.11, ao servidor

Marcos Cordeiro D'ornellas, Matrícula SIAPE n. 382846, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Eletrônica e Computação do Centro de Tecnologia, para participar, apresentando trabalho, do Seminário Nacional de Processamento de Imagens, na Universidad Nacional de Assunción, em Assunción – Paraguai.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM.

N. 60.255,de 30.06.11 – Proc. N. 008617/2011-87 - Reitor – AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 15 a 27 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008617/2011-87, publicado no DOU de 30.06.11, ao servidor Djalma Dias da Silveira, Matrícula SIAPE n. 382035, Professor Associado, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Engenharia Química do Centro de Tecnologia, para participar, apresentando trabalho, do 5° Simpósio Brasil – Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, em Stuttgart – Alemanha.
II – Afastamento com ônus limitado para a UFSM e CAPES.

N. 60.256,de 30.06.11 – Proc. N. 008638/2011-01 - Reitor – AUTORIZAR o Afastamento do País, no período de 11 a 16 de julho de 2011, conforme Processo n. 23081.008638/2011-01, publicado no DOU de 30.06.11, ao servidor Enio Giotto, Matrícula SIAPE n. 381131, Professor Titular, sujeito ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Engenharia Rural do Centro de Ciências Rurais, para participar, apresentando trabalho, do 10° Curso Internacional de Agricultura de Precisión y 5° Expo de Máquinas Precisas, em Manfredi – Argentina.
II – Afastamento com ônus para a UFSM (diárias), conforme autorização n°. 20110520.56, de 20 de maio de 2011, do Ministro de Estado da Educação.

II – ATOS E DESPACHOS DOS DIRETORES DE CENTROS E PRÓ-REITORES

1 – Portarias

O PROFESSOR PEDRO BRUM SANTOS, Diretor do Centro de Artes e Letras da UFSM, no uso de suas atribuições legais e da competência delegada pelo Magnífico Reitor desta Universidade, através da Portaria n. 58.704-2010, e tendo em vista o que consta no Memorando n. 005-2011, de 17-03-2011 da Coordenação do Curso de Desenho Industrial – DI, resolve:

PORTARIA N. 022-2011-CAL, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DESIGNAR, o docente LUIZ ANTONIO DOS SANTOS NETO, Matrícula SIAPE 381843, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, vinculado ao regime de Dedicação Exclusiva, lotado no Departamento de Artes Visuais, para responder "Pró-Tempore" pela função de Coordenador do Curso de Desenho Industrial, pelo período de 10-03-2011 a 31-05-2011.
II – REVOGAR a Portaria n. 017-2011-CAL DE 21-03-2011.

PORTARIA N. 069/2011-CAL, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR, a docente TANIA REGINA TASCHETTO, Matrícula SIAPE 379541, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, vinculada ao Regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Letras Clássicas e Lingüística, para responder pela função de Chefe do referido Departamento, Código FG-1.130, a partir de 01-07-2011.
II – REVOGAR a Portaria n. 065/2010-CAL, de 07-07-2010.

APOSTILA À PORTARIA N. 069/2011-CAL, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

Na Portaria n. 69, de 08 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2011, seção 2, página 32, com referência a vigência, onde se lê: "a partir de 01-07-2011"; leia-se: "a partir de 10 de junho de 2011".

PORTARIA N. 070/2011-CAL, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR, a docente EVELLYNE PATRÍCIA FIGUEREDO DE SOUSA COSTA, Matrícula SIAPE 1447797, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, vinculada ao regime de Dedicação Exclusiva, lotada no Departamento de Letras Clássicas e Lingüística, para responder pela função de Subchefe do referido Departamento, a partir de 01-07-2011.
II – REVOGAR a Portaria n. 068/2010-CAL-UFSM, de 07-07-2010.

APOSTILA À PORTARIA N. 070/2011-CAL, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

Na Portaria n. 70, de 08 de junho de 2011, com referência a vigência, onde se lê: "a partir de 01-07-2011"; leia-se; "a partir de 10 de junho de 2011".

Pedro Brum Santos, Diretor.

O VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

PORTARIA N. 032-2011-CCNE, DE 05 DE MAIO DE 2011.

DESIGNAR a Professora LUCIANE FLORES JACOBI, Matrícula SIAPE 2211557, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, em regime de Dedicação Exclusiva, para exercer a função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Estatística, no período de 13 de maio de 2011 a 12 de maio de 2013.

PORTARIA N. 054-2011-CCNE, DE 02 DE JUNHO DE 2011.
DISPENSAR MARCOS ANDRE CARARA, Matrícula SIAPE 1036586, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Subchefe do Departamento de Física, para a qual foi designado pela Portaria n. 121 de 2009-CCNE, a partir de 19 de maio de 2011.

PORTARIA N. 058-2011-CCNE, DE 06 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR LUIZ AUGUSTO SALLES DAS NEVES, Matrícula SIAPE 379617, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Biologia, Código FG-1.010, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR SYLVIO HENRIQUE BIDEL DORNELLES, Matrícula SIAPE 3005268, ocupante do cargo de Professor 3° Grau da função acima, para a qual foi designado pela Portaria n. 020 de 2011-CCNE.

PORTARIA N. 059-2011-CCNE, DE 06 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR SYLVIO HENRIQUE BIDEL DORNELLES, Matrícula SIAPE 3005268, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Subchefe do Departamento de Biologia, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR LUIZ AUGUSTO SALLES DAS NEVES, Matrícula SIAPE 379617, ocupante do cargo de Professor 3° Grau da função acima, para a qual foi designado pela Portaria N. 024 de 2011-CCNE.

PORTARIA N. 061-2011-CCNE, DE 09 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR, PRÓ-TEMPORE, GILDA MARIA CABRAL BENADUCE, Matrícula SIAPE 1497407, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso de Geografia, Código FG-1.001, de 12 de junho a 11 de julho de 2011.

PORTARIA N. 062-2011-CCNE, DE 09 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR, PRÓ-TEMPORE, MAURO KUMPFER WERLANG, Matrícula SIAPE 417539, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Coordenador Substituto do Curso de Geografia, de 12 de junho a 11 de julho de 2011.

PORTARIA N. 064/2011-CCNE, DE 9 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR LUIS EDUARDO DE SOUZA ROBAINA, Matrícula SIAPE 1060971, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Coordenaor Substituto do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, de 16 de junho de 2011 a 15 de junho de 2013.
II – DISPENSAR Carlos Alberto da Fonseca Pires, Matrícula SIAPE 2116641, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, da função acima, para a qual foi designado pela Portaria n. 048, de 30 de maio de 2011-CCNE.

PORTARIA N. 065/2011-CCNE, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR RICARDO FAJARDO, Matrícula SIAPE 1418421, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso de Matemática, Código FG-1.005, de 12 de junho de 2011 a 11 de junho de 2013.

PORTARIA N. 066/2011-CCNE, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR KARINE FAVERZANI MAGNAGO, Matrícula SIAPE 1274713, ocupante do cargo de Professor 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Coordenador(a) Substituto(a) do Curso de Matemática, de 12 de junho de 2011 a 11 de junho de 2013.

II – DISPENSAR Vânia Denardi Parcianello, Matrícula SIAPE 2222701, ocupante do cargo de Professor 3° Grau da função acima, para a qual foi designado pela Portaria n. 068, de 15 de junho de 2009-CCNE.

Paulo Roberto Magnago, Vice-Diretor.

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS, Thomé Lovato, Professor Associado, no uso legal e estatutário de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Memorando n. 015-2011-DCPA, resolve:

PORTARIA N. 033-2011-CCR, DE 14 DE ABRIL DE 2011.

DESIGNAR, ANDRÉ VASCONCELOS SOARES, Matrícula SIAPE 3475617, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a função de Subchefe do Departamento de Clínica de Pequenos Animais, nos impedimentos legais ou eventuais da Profª Cinthia Melazzo de Andrade Mazzanti, com mandato de dois anos, a contar do dia 14 de abril de 2011.

II – DISPENSAR, a partir do dia 07 de abril de 2011, a Professora CLAUDETE SCHMIDT, Matrícula SIAPE 2063363, designada pela Portaria n. 037-2010 de 01 de abril de 2010, para a referida função.

PORTARIA N. 052-2011-CCR, DE 13 DE MAIO DE 2011.

DESIGNAR, LUISA HELENA RYCHECKI HECKTHEUER, Matrícula SIAPE 379055, ocupante do cargo de Professor Associado, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia dos Alimentos, Código FG-1.030, com mandato de dois (02) anos, a contar do dia 19 de maio de 2011.

Thomé Lovato, Diretor.

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Memorando n. 23-2011 do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana, resolve:

PORTARIA N. 024-2011-CCS, DE 30 DE MARÇO DE 2011.

DESIGNAR a Professora ANA MARIA TONIOLO DA SILVA, SIAPE 381140, para exercer a função de Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana, por dois anos, a partir de 30 de março de 2011.

PORTARIA N. 031-2011-CCS, DE 27 DE ABRIL DE 2011.

RECONDUZIR, o Professor ANTONIO ROBERTO BISOGNO, Matrícula SIAPE 380009, para exercer as funções de Chefe do Departamento de Odontologia Restauradora, por dois anos, a partir de 24 de abril de 2011.

PORTARIA N. 044-2011-CCS, DE 11 DE MAIO DE 2011.

RECONDUZIR o Professor MARCOS MARTINS NETO, Matrícula SIAPE 382208, para exercer as funções de Chefe do Departamento de Patologia, por dois anos, a partir de 22 de maio de 2011.

Paulo Afonso Burmann, Diretor.

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UFSM, no uso de suas atribuições legais e estatutária e competência delegada

pelo Magnífico Reitor desta Universidade, através da Portaria n. 56.968, de 18-02-2010, e conforme Memorando n. 022-2011-CPPGCS, da Coordenação do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, resolve:

PORTARIA N. 050-2011-CCSH, DE 02 DE MAIO DE 2011.

DESIGNAR o Professor ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES, SIAPE 2174448, como Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a partir de 14 de abril de 2011.
II – DECLARAR que o presente mandato vigora por dois anos.
III – DECLARAR que esta função não contempla retribuição financeira, a não ser nos casos previstos na legislação.
IV – REVOGAR a Portaria n. 56, de 05 de abril de 2010.

PORTARIA N. 069-2011-CCSH, DE 01 DE JUNHO DE 2011.

DISPENSAR o Professor JANDERLE RABAIOLLI, SIAPE 1743076, da função de Coordenador Substituto do Curso de Graduação em Comunicação Social – Produção Editorial, o qual foi designado pela Portaria n. 098-2010-CCSH, de 18-06-2010.

PORTARIA N. 074/2011-CCSH, DE 08 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR a docente VENEZA VELOSO MAYORA RONSINI, Matrícula SIAPE 379279, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática (Código FG-1.217), para um mandato de dois anos, a partir da publicação no Diário Oficial da União.
II – DECLARAR que a função de Coordenadora Substituta não contempla retribuição financeira, a não ser nos casos previstos pela legislação.

PORTARIA N. 075/2011-CCSH, DE 13 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR a Professora ROSANARA PACHECO URBANETTO, Matrícula SIAPE 382077, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Chefe Substituta do Departamento de Documentação (Código FG-1.096), nos impedimentos legais do Chefe do Departamento titular, Professor Carlos Blaya Perez, Portaria n. 071/2011-CCSH.
II – DECLARAR que o presente mandato acompanha o mandato do titular.
III – DECLARAR que a função de Chefe Substituto não contempla retribuição financeira, a não ser nos casos previstos pela legislação.

Rogério Ferrer Koff, Diretor.

A PROFª DRª ANE CARINE MEURER, VICE-DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutária, resolve:

PORTARIA N. 116/2010-CE, DE 28 DE OUTUBRO DE 2010.

DESIGNAR o Professor LUIZ CARLOS NASCIMENTO DA ROSA, Matrícula SIAPE 379039, para a função de Chefe e a professora VAIMA REGINA ALVES MOTTA, Matrícula SIAPE 1743142, como Chefe Substituta do Departamento de Metodologia do Ensino.
II – A vigência desta Portaria é de dois anos, a contar de 29 de outubro de 2010.

PORTARIA N. 052-2011-CE, DE 25 DE MAIO DE 2011.

DESIGNAR, o Professor LUIZ GILBERTO KRONBAUER, SIAPE 1768631, como Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Educacional, no

período de 01-02-2011 a 27-02-2011, em virtude do Coordenador Titular Professor Clóvis Renan Jacques Guterres, SIAPE 381240, encontrar-se em féria.

Ane Carine Meurer, Vice-Diretora.

O VICE-DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFSM, nomeado pela Portaria n. 60.042, de 23 de maio de 2011, no uso de suas atribuições legais e estatutária, em virtude da Delegação de Competência atribuída pela Portaria n. 55.927, de 29 de setembro de 2009-UFSM, e tendo em vista o que consta do Memorando n. 021-2011-DEM-CT, resolve:

PORTARIA N. 060-2011-CT, DE 06 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR PAULO ROMEU MOREIRA MACHADO, Matrícula SIAPE 379697, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Engenharia Mecânica, Código FG-1.116, para um mandato de dois anos, a partir desta data.

II – DISPENSAR o referido docente da função de Chefe Substituto do Departamento de Engenharia Mecânica.

PORTARIA N. 061-2011-CT, DE 06 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR JOSÉ RENES PINHEIRO, Matrícula SIAPE 3791198, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para a Função Gratificada de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, Código FG-1.109, para um mandato de dois anos, a partir desta data.

II – DISPENSAR o referido docente da função Pró-Tempore para a qual foi designado pela Portaria n. 057-2011, de 24 de maio de 2011.

PORTARIA N. 063-2001-CT, DE 6 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR DELMIRA BEATRIZ WOLFF, Matrícula SIAPE 1275923, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para a Função de Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil para um mandato de dois anos.

PORTARIA N. 067-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR NATANAEL RODRIGUES GOMES, Matrícula SIAPE 6382285, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica, Código FG-1.106, para um mandato de dois anos.

II – DISPENSAR NATANAEL RODRIGUES GOMES, Matrícula SIAPE 6382285, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função Pró-Tempore, a qual foi designado pela Portaria n. 008-2011-CT, de 08 de fevereiro de 2011.

PORTARIA N. 068-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR MORGANA PIZZOLATO, Matrícula SIAPE 1354737, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso de Engenharia de Produção, Código FG-1.172, para um mandato de dois anos.

PORTARIA N. 069-2011-CT, DE 13 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR MÁRIO EDUARDO SANTOS MARTINS, Matrícula SIAPE 1747335, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Chefe Substituto do

Departamento de Engenharia Mecânica, para um mandato de dois anos.

PORTARIA N. 070-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR PATRÍCIA PITTHAN DE ARAÚJO BARCELOS, Matrícula SIAPE 1721794, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Curso de Sistemas de Informação, Código FG-1.201, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR, a referida docente ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função Pró-Tempore de Coordenadora do Curso de Sistemas de Informação, para a qual foi designada pela Portaria n. 013-2010, de 01 de março de 2010.

PORTARIA N. 071-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR ANA BEATRIS SOUZA DE DEUS BRUSA, Matrícula SIAPE 1360298, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, Código FG-1.175, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR ANA BEATRIS SOUZA DE DEUS BRUSA, Matrícula SIAPE 1360298, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenadora Pró-Tempore do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, para a qual foi designada pela Portaria n. 075-2010, de 05 de julho de 2010.

PORTARIA N. 072-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR DINARA XAVIER DA PAIXÃO, Matrícula SIAPE 382138, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenadora do Curso de Engenharia Acústica, Código FG-1.174, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR DINARA XAVIER DA PAIXÃO, Matrícula SIAPE 382138, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenadora Pró-Tempore do Curso de Engenharia Acústica, para a qual foi designada pela Portaria n. 004-2009, de 16 de janeiro de 2009.

PORTARIA N. 073-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR ROBINSON FIGUEIREDO DE CAMARGO, Matrícula SIAPE 1718326, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso de Engenharia de Controle e Automação, Código FG-1.171, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR ROBINSON FIGUEIREDO DE CAMARGO, Matrícula SIAPE 1718326, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenador Pró-Tempore do Curso de Engenharia de Controle Automação, para a qual foi designada pela Portaria n. 027-2011, de 30 de março de 2011.

PORTARIA N. 074-2011-CT, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
DESIGNAR ALEXANDRE CAMPOS, Matrícula SIAPE 282137, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso de Engenharia de Computação, Código FG-1.173, para um mandato de dois anos.
II – DISPENSAR ALEXANDRE CAMPOS, Matrícula SIAPE 382137, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenador Pró-Tempore do Curso de Engenharia de

Computação, para a qual foi designado pela Portaria n. 013-2009, de 05-02-2009.

PORTARIA N. 078-2011-CT, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR ELVIS CARISSIMI, Matrícula SIAPE 1843097, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Coordenador Substituto do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, para um mandato de dois anos.

II – DISPENSAR ELOIZA MARIA CAUDURO DIAS DE PAIVA, Matrícula SIAPE 379031, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenador Substituto Pró-Tempore do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, para a qual foi designada pela Portaria n. 082-2010, de 08-07-2010.

PORTARIA N. 079-2011-CT, DE 16 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR MARCO ANTÔNIO DALLA COSTA, Matrícula SIAPE 1724357, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função de Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, para um mandato de dois anos.

II – DISPENSAR LUCIANE NEVES CANHA, Matrícula SIAPE 2087884, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, para a qual foi designada pela Portaria n. 071-2009-CT, de 03-06-2009.

PORTARIA N. 082-2011-CT, DE 27 DE JUNHO DE 2011.

DISPENSAR JANIS ELISA RUPPENTHAL, Matrícula SIAPE 2190633, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenadora Pró-Tempore do Curso de Engenharia de Produção, para a qual foi designada pela Portaria n. 044-2009-CT, de 01 de abril de 2009.

PORTARIA N. 083-2011-CT, DE 27 DE JUNHO DE 2011.

DISPENSAR MORGANA PIZZOLATO, Matrícula SIAPE 1354737, ocupante do cargo de Professor de 3° Grau, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da função de Coordenadora Substituta do Curso de Engenharia de Produção, para a qual foi designada pela Portaria n. 027-2009-CT, de 01 de abril de 2009.

Eduardo Rizzatti, Diretor.

Gédson Mário Borges Dal Forno, Vice-Diretor.

O DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NORTE-RS-UFSM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com a Portaria n. 52.231, de 22-01-2008, emitida pelo Reitor da UFSM, e, de acordo com o Memorando n. 07-2011 da Coordenação do Curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo, resolve:

PORTARIA N. 354-2011-CESNORS, DE 21 DE MARÇO DE 2011.

NOMEAR a Professora ANDRÉA FRANCIÉLE WEBER, Matrícula SIAPE 1663641, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, vinculada ao regime de trabalho com Dedicação Exclusiva, para exercer a função de Coordenadora Substituta do Curso de Comunicação Social – FW do Centro de Educação Superior Norte-RS, Campus de Frederico Westphalen, Código FG-1.167.

PORTARIA N. 359-2011-CESNORS, DE 31 DE MARÇO DE 2011.

NOMEAR a Professora LUCIANA FAGUNDES CHRISTOFARI, Matrícula SIAPE

1651480, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, vinculada ao regime de trabalho com Dedicação Exclusiva, para exercer a função de Coordenadora Substituta do Curso de Zootecnia do Centro de Educação Superior Norte-RS, Campus de Palmeira das Missões, para o período de 31-03-2011 a 11-01-2012.

Genésio Mário da Rosa, Diretor do CESNORS.

O DIRETOR DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, exercendo a competência que lhe foi delegada pelo Magnífico Reitor, com a Portaria n. 57.454, de 3 de maio de 2010, resolve:

PORTARIA N. 018-2011-CTISM, DE 05 DE MAIO DE 2011.

DECLARAR FERNANDO NEGRINI, Matrícula SIAPE 1742571, Assistente em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, que em substituição, exerceu a função de Diretor do Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias do Colégio Técnico Industrial, Código da Função FG-1.195, no período de 18-03-2011 a 23-03-2011, tendo em vista férias do titular, Paulo Roberto Colusso, SIAPE 3287593, e LTS da substituta legal Mara Lúcia Cogo, SIAPE 381630.

PORTARIA N. 019-2011-CTISM, DE 05 DE MAIO DE 2011.

DECLARAR FERNANDO NEGRINI, Matrícula SIAPE 1742571, Assistente em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, que em substituição, exerceu a função de Diretor do Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias do Colégio Técnico Industrial, Código da Função FG-1.195, no período de 17-04-2011 a 20-04-2011, tendo em vista afastamento do titular, Paulo Roberto Colusso, SIAPE 3287593, e LTS da substituta legal Mara Lucia Cogo, SIAPE 381630.

PORTARIA N. 020-2011-CTISM, DE 26 DE MAIO DE 2011.

DECLARAR SARITA IVANISA MULLER DE FREITAS, Matrícula SIAPE 1779758, Assistente em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, que em substituição, exerceu a função de Assistente da Direção do Colégio Técnico Industrial, Código da Função FG-3.046, no período de 24-01-2011 a 22-02-2011, tendo em vista férias da titular, Maria Inez Both Bolzan, SIAPE 381873.

PORTARIA N. 021-2011-CTISM, DE 26 DE MAIO DE 2011.

DECLARAR SARITA IVANISA MULLER DE FREITAS, Matrícula SIAPE 1779758, Assistente em Administração, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, que em substituição, exerceu a função de Assistente de Direção do Colégio Técnico Industrial, Código da Função FG-3.046, no período de 10-05-2011 a 13-05-2011, tendo em vista LTS da titular, Maria Inez Both Bolzan, SIAPE 381873.

Rodrigo Cardozo Fuentes, Diretor.

O DIRETOR DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE FREDERICO WESTPHALEN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com a Delegação de Competência concedida mediante a Portaria n. 59.107, de 13-12-2010, resolve:

PORTARIA N. 033/2011-CAFW, DE 20 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR a servidora docente TERESINHA LETÍCIA DA SILVA, Matrícula SIAPE 2731265, docente do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a função de Coordenadora Substituta do Curso Técnico em Informática do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, Código da Função FG-6.018, nos impedimentos legais ou eventuais do titular,

Bruno Batista Boniati.

PORTARIA N. 035/2011-CAFW, DE 27 DE JUNHO DE 2011.

DESIGNAR JOSÉ EDUARDO GUBERT, Matrícula SIAPE 1848195, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, para exercer a Função Gratificada de Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária Subseqüente, Código FG-4.116.

II – DISPENSAR, Nilvo Zatta, Matrícula SIAPE 6381564, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da função acima, para a qual foi designado pela Portaria n. 55.633, de 01 de setembro de 2009.

Fernando de Cristo, Diretor.

III – ATOS E DESPACHOS DA PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

1 – PORTARIAS

N. 18.932, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 049-22ª-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362774	MICHAELA NOGUEIRA LAMPERT STREIT	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.933, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 048-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual

2363434	MARINEZ DA SILVA CERON	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.934, de 01.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 047 -22a-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359620	LUCIANA WEISSHEIMER VEY	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em

decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.935, de 01.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 046-22a-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
21039274	LUCIANA SILVEIRA RIBEIRO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o

desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.936, de 01.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 039-22A, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1546033	ALINE RUBIN COCCO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.937, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 040-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2109120	ELENITA EGGEERS ALVES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.938, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 04149-22Aª-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1360666	FABRÍCIO ALBERTO LAMB	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.939, de 01.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 042-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584741	FERNANDA LUISA BUBOLTZ	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n.

10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.940, de 01.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 043-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584439	FERNANDA TOLFO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.941, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 045-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359612	JUAREZ IENSEN CASSOL	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.942, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 044-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2146162	JANETE DE LOURDES PORTELA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.943, de 01.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 015-26-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2010006420.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1825592	MARIANA MORO BASSACO	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.

III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.944, de 01.06.11 – PRRH –
CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) EMERSON BERWANGER, matrícula SIAPE 1548343, ocupante do cargo de Técnico Equipamento Médico Odontológico, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 31 de maio de 2011, por ter realizado o Curso de Programa de Integração, Formação e Desenvolvimento Profissional (101.01.06.08), promovido pelo(a) CIAPER-PRRH-UFSM - Santa Maria/RS, concluído em 18 de dezembro de 2008.

N. 18.945, de 02.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – direção Clínica, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 098-22-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000566.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1863394	ALICE VELEDA WEND	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos

afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.946, de 02.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 050-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1862776	MIRTA PERES VERFFEL	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição

Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.947, de 02.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 051-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362775	RAQUEL BASSO FIGUEIRA PILLON	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.948, de 02.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 052-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584624	ROSANGELA MARQUES MACHADO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.949, de 02.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 054-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais

SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382007	VANIA MARTA PRADEBON	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.950, de 02.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 055-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
378978	VERGINIA MEDIANEIRA DALLAGO ROSSATO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.951, de 02.06.11 – PRRH –
REMOVER os servidores no âmbito da Biblioteca Central, conforme os locais relacionados abaixo, a partir desta data.

SIAPE	NOME	LOCAL DE ORIGEM (DE)	LOTAÇÃO ATUAL (PARA)
378921	Dartagnan de Souza	Divisão de Orientação ao Usuário – BC	Seção de Intercâmbio – BC
1863485	Márcia Santos da Silva	Biblioteca Central – BC	Seção de Circulação – BC
381401	Nelia de Vargas Minato	Biblioteca Central – BC	Divisão e Orientação ao Usuário – BC
378980	Carmem Lucca	Biblioteca Central – BC	Divisão de Orientação ao Usuário – BC
1089410	Claudia Terezinha Branco Gallotti	Biblioteca Central – BC	Seção de Organização de Material – BC
1524383	Simone Godinho Maisonave	Seção de Circulação – BC	Seção de Organização de Material – BC

N. 18.952, de 02.06.11 – Proc. N. 008148/2011-04 – PRRH –
CONCEDER Progressão por Mérito Profissional aos servidores técnico-administrativos relacionados em folhas abaixo, de acordo com o que dispõe o parágrafo 2°, do Artigo 20, da Lei n 11.091, de 12-01-2005 e o Artigo 10-A e respectivo parágrafo único da Lei n. 11.784, de 22-09-2008.

SIAPE	NOME FUNCIONARIO	DESCR.CARGO	DATA INICIO	DESCR.PLANO NOVO
2105809	AILTON PINTO DE QUADROS	Técnico de Laboratório Área	11/05/2011	D - Padrão 10
1625416	ALANA CAETANO MANFIO	Técnico de Laboratório Área	05/05/2011	D - Padrão 2
1092572	ALTAIR LUCAS PACKEISER	Pedreiro	11/05/2011	B - Padrão 11
381783	AMARO ELONICE MARTINS	Vigilante	11/05/2011	D - Padrão 16

381915	AMAURI ALMEIDA	Administrador	22/05/2011	E - Padrão 16
2575311	ANDERSON OLIVEIRA SOBROZA	Farmacêutico	05/05/2011	E - Padrão 3
1628561	ANDREIA MACHADO DOS SANTOS	Assistente em Administração	05/05/2011	D - Padrão 3
1093172	ANTONIO CARLOS BASSACO	Assistente de Laboratório	23/05/2011	C - Padrão 10
1363233	CARLA SCHERER POERSCHKE	Técnico em Enfermagem	25/05/2011	D - Padrão 6
1212667	CARLOS BRENO VIANA PAIM	Médico Veterinário	11/05/2011	E - Padrão 9
1212670	CARLOS ROBERTO GRIECO DE MORAES	Analista de Tecnologia da Informação	11/05/2011	E - Padrão 9
1478567	CARLOS RUBINI JUNIOR	Assistente de Laboratório	29/05/2011	C - Padrão 5
1363310	CARMEN MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS	Técnico em Enfermagem	05/05/2011	D - Padrão 6
1093309	CELITA GIOVELLI MANFIO SIMOES	Auxiliar em Administração	28/05/2011	C - Padrão 10
379582	CLAUDETE MARLENE BEYERSTEDT	Cozinheiro	21/05/2011	C - Padrão 13
1734816	CLAUDIA CARMEM BAGGIO	Bibliotecário-Documentalista	06/05/2011	E - Padrão 2
381696	CLEONICE MARIA MOREIRA FARIAS	Auxiliar de Enfermagem	04/05/2011	C - Padrão 16
2094984	CLEUSA DE MORAES MILITZ	Enfermeiro-Area	22/05/2011	E - Padrão 7
381808	EDSON CARLOS DE LIMA SILVA	Técnico em Eletroeletrônica	30/05/2011	D - Padrão 16
379035	ELIA REGINA VARGAS BERTOLDO	Técnico em Enfermagem	01/05/2011	D - Padrão 15
1092379	ELIANA ARRAIS PORTO	Assistente de Laboratório	27/05/2011	C - Padrão 10
1363732	ELISANDRA KUSTER NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	29/05/2011	D - Padrão 6
1090391	EMERSON ALEXANDRE MORTARI	Técnico em Mecânica	04/05/2011	D - Padrão 10
381769	ERLI SANTO CAMARGO	Vigilante	05/05/2011	D - Padrão 16
1093219	EUGENIO DIONISIO SQUARCIERI	Auxiliar em Administração	24/05/2011	C - Padrão 10
1742571	FERNANDO NEGRINI	Assistente em Administração	30/05/2011	D - Padrão 2
1737060	FERNANDO PIRES BARBOSA	Analista de Tecnologia da Informação	12/05/2011	E - Padrão 2
379454	FIORAVANTE VIANEI DO AMARAL	Auxiliar de Agropecuária	18/05/2011	B - Padrão 16
1737711	GIANA LUCCA KROTH	Analista de Tecnologia da Informação	12/05/2011	E - Padrão 2
1092330	GLAUCIA MEDIANEIRA CARDOSO CAMPOS	Auxiliar de Enfermagem	14/05/2011	C - Padrão 10
434367	HERMINIO OSCAR BARBOSA DUARTE	Médico-Área	17/05/2011	E - Padrão 5
1092334	IRENE DE MORAES TEIXEIRA	Assistente em Administração	11/05/2011	D - Padrão 10
381811	IVONE TERESINHA GIACOMINI	Assistente em Administração	26/05/2011	D - Padrão 16
6382296	JACQUELINE NUNES RODRIGUES	Farmacêutico Bioquímico	14/05/2011	E - Padrão 11
378952	JAURIS DE LIMA LEMOS	Vigilante	18/05/2011	D - Padrão 15
1631044	JESSICA DALCIN DA SILVA	Assistente em Administração	19/05/2011	D - Padrão 3
1092234	JOAO RAFAEL PRESA LEITE	Assistente em Administração	13/05/2011	D - Padrão 10
1092856	JOEL VARGAS DOS SANTOS	Auxiliar de Enfermagem	24/05/2011	C - Padrão 13
382012	JOSE JOAO MAYER AMARAIM	Datilógrafo de Textos Gráficos	25/05/2011	C - Padrão 15
1212515	JOSE MASSIMO ILHA NOYA	Auxiliar de Biblioteca	12/05/2011	C - Padrão 9
379123	JOSE PEDRO FARIAS DOS SANTOS	Mestre de Edificações e Infraestrutura	10/05/2011	D - Padrão 15
1092852	JOVAL TEIXEIRA FRANCISCATO	Auxiliar de Enfermagem	28/05/2011	C - Padrão 10
1093326	JUNY HARTZ ALVES	Auxiliar de Nutrição e Dietética	15/05/2011	B - Padrão 10
379133	JUSSARA TEREZINHA D' AVILA	Operador de Máquina Copiadora	22/05/2011	C - Padrão 15
1363730	KARLA LUCIANE K. STREPPEL	Técnico em Enfermagem	11/05/2011	D - Padrão 6
381678	LEA FATIMA DE PAULA ABREU	Assistente de Laboratório	27/05/2011	C - Padrão 16
1093321	LEA WEGNER BECKER	Auxiliar em Administração	20/05/2011	C - Padrão 10
1631036	LEANDRO LUCCA	Assis. em Administração	29/05/2011	D - Padrão 3

1212424	LIANDRA CRISTINA VOGEL PORTELLA	Médico Veterinário	14/05/2011	E - Padrão 9
1734232	LIZANDRA VELEDA ARABIDIAN	Bibliotecário-Documentalista	04/05/2011	E - Padrão 2
1092865	LOISE INES DRESCH	Auxiliar em Administração	27/05/2011	C - Padrão 10
378997	LORILEI BELMIRA VENTURINI	Técnico em Enfermagem	05/05/2011	D - Padrão 15
1631031	LUCIANA BENETTI	Técnico em Farmácia	26/05/2011	D - Padrão 3
1362449	LUCIANO POMPEO KLEIN	Técnico em Enfermagem	13/05/2011	D - Padrão 9
1628551	LUCIANO VIEIRA DA COSTA	Assistente em Administração	07/05/2011	D - Padrão 3
381786	LUIS ALADINO RODRIGUES DA SILVA	Auxiliar de Veterinária e Zootecnia	21/05/2011	C - Padrão 16
1625808	MABEL MOLINARI	Técnico de Laboratório Área	05/05/2011	D - Padrão 3
196890	MAGALI DIAS SCHERER	Auxiliar em Administração	14/05/2011	C - Padrão 15
1364107	MAGDA ROSANE SOARES	Técnico em Enfermagem	22/05/2011	D - Padrão 6
1625410	MARCELO PAULO ELLWANGER	Assistente em Administração	08/05/2011	D - Padrão 2
1095254	MARGARETE DE OLIVEIRA CARVALHO	Técnico em Farmácia	29/05/2011	D - Padrão 10
1092262	MARI GLEI HERNANDEZ LISCANO	Técnico de Laboratório Área	08/05/2011	D - Padrão 10
1362877	MARIA CLAUDIA DE FARIAS	Técnico em Enfermagem	02/05/2011	D - Padrão 6
1092272	MARIA DALVA DOS SANTOS MORAES	Auxiliar de Enfermagem	22/05/2011	C - Padrão 10
379132	MARIA DE FATIMA SILVA DE SOUZA	Técnico de Laboratório Área	18/05/2011	D - Padrão 15
381726	MARIA LENIR DE CHRISTO RODRIGUES	Copeiro	03/05/2011	B - Padrão 16
2582846	MARIANE DE MELLO MARASCHIN	Técnico de Laboratório Área	12/05/2011	D - Padrão 3
49940	MARILENE CARGNIN MORCELLI	Assistente em Administração	13/05/2011	D - Padrão 14
381720	MARILENE FORNER DA SILVA	Servente de Limpeza	11/05/2011	A - Padrão 16
1093047	MARISAR MACHADO DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	27/05/2011	C - Padrão 10
1093058	NAIR DE CAMPOS	Auxiliar de Nutrição e Dietética	26/05/2011	B - Padrão 10
1092592	NEIVA TEREZINHA DA ROSA PEREIRA	Assistente em Administração	22/05/2011	D - Padrão 10
378714	NELSON ORTIZ BITTENCOURT	Contador	27/05/2011	E - Padrão 16
381479	NELZA FERNANDES DA SILVA	Servente de Limpeza	06/05/2011	A - Padrão 16
382411	NEUSA BEATRIZ COLVERO CARLI	Técnico em Radiologia	05/05/2011	D - Padrão 13
1364111	NOE RICARDO TIMM	Técnico em Radiologia	07/05/2011	D - Padrão 8
1628124	PAMELA DE BRUM SOARES	Farmacêutico	27/05/2011	E - Padrão 3
1364109	PAMELA DOTTO DOTTO	Técnico em Enfermagem	29/05/2011	D - Padrão 6
1631024	PAULO AFONSO DE MELLO CORREA	Assistente em Administração	19/05/2011	D - Padrão 3
1359965	PAULO CESAR FERREIRA DA SILVEIRA	Técnico em Enfermagem	05/05/2011	D - Padrão 6
379409	PAULO ESTEVAM PERALTA DE ANDRADE	Assistente em Administração	27/05/2011	D - Padrão 16
1092618	RAILANDER JUNIOR MORAES	Servente de Obras	28/05/2011	A - Padrão 10
1363731	RAQUEL KLEIN TEIXEIRA	Técnico em Enfermagem	11/05/2011	D - Padrão 6
6379423	REGINA GEMA SANTINI COSTENARO	Enfermeiro-Area	27/05/2011	E - Padrão 14
1092280	RICARDO NORBERTO FEUERHARMEL	Marceneiro	07/05/2011	B - Padrão 10
357642	RITA MEDIANEIRA ILHA	Arquivista	09/05/2011	E - Padrão 12
1093132	ROGERIO RODRIGUES	Servente de Obras	28/05/2011	A - Padrão 10
1093141	ROOSI ELOIZA BOLZAN ZANON	Enfermeiro-Area	25/05/2011	E - Padrão 10
1095743	ROSANE MARLI DIESEL	Auxiliar de Nutrição e Dietética	01/05/2011	B - Padrão 10
1089350	ROSANGELA DA SILVA CORREA	Recreacionista	30/05/2011	D - Padrão 10
1092284	SERGIO RICARDO DA PORCIUNCULA CRUZ	Sonoplasta	16/05/2011	C - Padrão 10

381906	SIDINEI AMARAL BATISTA	Motorista	02/05/2011	C - Padrão 16
1093122	SIMONE ZINI COCCO	Auxiliar em Administração	21/05/2011	C - Padrão 10
1093119	SOELI TERESINHA GUERRA	Enfermeiro-Area	29/05/2011	E - Padrão 10
1092606	SONIA ROSELAINE DE PRA VENTURINI	Auxiliar de Nutrição e Dietética	26/05/2011	B - Padrão 10
1088612	SUELI CLAUDETE PEREIRA DE VARGAS	Arquivista	01/05/2011	E - Padrão 10
1734310	SUSIANE CAVINATTO MEIRA	Técnico de Laboratório Área	03/05/2011	D - Padrão 2
1093123	TANIA MARIA FLORES PINHEIRO	Auxiliar de Enfermagem	18/05/2011	C - Padrão 10
1090946	TANIA MARIA MACHADO DE OLIVEIRA	Técnico em Radiologia	09/05/2011	D - Padrão 10
381800	TANIA REGINA CHERON	Técnico em Enfermagem	12/05/2011	D - Padrão 16
1478576	THIAGO AUGUSTO FORMENTINI	Técnico de Laboratório Área	08/05/2011	D - Padrão 5
1362876	VALESKA SILVA DE OLIVEIRA FERNANDEZ	Técnico em Enfermagem	23/05/2011	D - Padrão 6
1363676	VALKIRIA RIBEIRO DE BARCELLOS	Enfermeiro-Area	07/05/2011	E - Padrão 6
381797	VANIA REGINA SARI	Enfermeiro-Area	11/05/2011	E - Padrão 16
378978	VERGINIA MEDIANEIRA DALLAGO ROSSATO	Enfermeiro-Area	06/05/2011	E - Padrão 15
1625073	VILMAR DE JESUS DE ASSUNCAO	Assistente em Administração	10/05/2011	D - Padrão 3
381453	VILSON BENETTI	Auxiliar de Enfermagem	05/05/2011	C - Padrão 16
1365225	WALTER NEUMAIER	Médico-Área	22/05/2011	E - Padrão 6
1362874	ZULEICA APARECIDA GUNDEL DE ARRUDA	Técnico em Enfermagem	02/05/2011	D - Padrão 8

APOSTILA À PORTARIA N. 18.952, DE 2 DE JUNHO DE 2011.

RETIFICAR o anexo da Portaria N. 18.952, de 2 de junho de 2011, relativa à Progressão por Mérito dos seguintes servidores:

Alana Caetano Manfio, Matrícula SIAPE 1625416: onde se lê: "Nível D, Padrão 2", leia-se: "Nível D, Padrão 3".

Marcelo Paulo Ellwanger, Matrícula SIAPE 1625410, onde se lê: "Nível D, Padrão 2", leia-se: "Nível D, Padrão 3".

N. 18.953, de 02.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 006-24-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
8382519	CRISTINA WAYNE NOGUEIRA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.

III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;

b) casamento;

c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.

IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão

excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.954, de 02.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 005-24/2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382132	CLAUDIO DA CRUZ SILVEIRA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima

mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.955, de 02.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 004-24-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1306672	GILSON ROGÉRIO ZENI	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.956, de 03.06.11 – PRRH –
REMOVER o servidor Anderson Oliveira Sobroza, Matrícula SIAPE 2575311, Matrícula UFSM 14267, ocupante do

cargo de Farmacêutico, Código 701087, Classe E – III, Padrão 3, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Direção do CESNORS – FW para o Hospital de Clínicas Veterinárias – CCR, a partir desta data.
II – O referido servidor continuará a perceber o Adicional de Insalubridade, conforme análise e manifestação da CQVS/PRRH.

N. 18.957, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 053-22A-2011, de 31 de maio de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1426521	TAIS CECIN	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.958, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 108-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N.

2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381972	MARIA CRISTINA VIEIRO DIAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.959, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 106-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1090324	IVANA CAETANO BORDIN DIAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;

c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.960, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 102-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381677	JORGE LUIS PINHEIRO VIEIRA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.961, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 105-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr.SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
380986	IRONITA MARIA F. SOLDERA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.

VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.962, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 104-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
113906	IRA ANDRADE COLACO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.963, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 101-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
378936	ELEONORA CASSIA IENSEN DE OLIVEIRA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.964, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 103-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381524	GEMA MARIA BONATO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n.

10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.965, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 110-22-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381646	MARIA ELENA RIGO ROSO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.966, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 108-22-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382027	MARIA DE LOURDES ANTONELO MACHADO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.967, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 099-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584639	DANIEL SULIVAN DE FREITAS SILVA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.968, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 113-222-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379255	MARIA TEREZA LENCINA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao)

concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.969, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 112-22-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382056	MARIA SIRLEI DE CAMPOS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do

benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.970, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 111-22-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
6382869	MARIA LUIZA CIOCCARI CARMO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já

perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.971, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 116-22-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381452	NEUZA GUITES CANTARELLIIAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.972, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 115-22-

2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381197	NELI MARISA PEREIRA DA SILVA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.973, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 114-22-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381090	MARIA TEREZINHA PEREIRA PEDRON	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;

b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.974, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 100-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1423937	DEBORA EINLOFT	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida

no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.975, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 001-24A-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1718117	LUCIANO DORNELLES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.976, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 007-24-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382125	HELIO GAUZE BONACORSO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.977, de 03.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 002-24A-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
7382886	VALDERI LUIZ DRESSLER	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.978, de 03.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 003-24A-2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379281	SHIARLEI BETI DE AGUIAR CAMILO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.979, de 03.06.11 – Proc. N. 005423/2011-20 - PRRH – CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 5%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) ADRIANE MARQUES, matrícula SIAPE 1863476, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, a partir de 18 de abril de 2011, referente ao curso de Graduação em Medicina Veterinária (105.01.06.055), UFSM – Santa Maria/RS.

N. 18.980, de 03.06.11 – Proc. N. 008017/2011-19 - PRRH – CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 27%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) ROSANI VIEIRA LUNARDI, matrícula SIAPE 1359481, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação III, a partir de 01 de junho de 2011, referente ao curso de Especialização em Saúde Coletiva com Ênfase em Programa Saúde da Família (105.06.07.053), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA - Xaxim/SC.
II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 18.981, de 03.06.11 – Proc. N. 005469/2011-49 - PRRH – CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 52%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) ALEXANDRE MACCARI FERREIRA, matrícula SIAPE 1863564, ocupante do cargo de Secretário Executivo, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, a partir de 18 de abril de 2011, referente ao curso de Mestrado em Integração Latino-Americana (105.11.08.009), UFSM - Santa Maria/RS.

N. 18.982, de 03.06.11 – Proc. N. 007975/2011-72 - PRRH –

CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 52%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) RAQUEL BASSO FIGUEIRA PILLON, matrícula SIAPE 1362775, ocupante do cargo de Enfermeiro-Area, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, a partir de 31 de maio de 2011, referente ao curso de Mestrado em Administração (105.11.08.001), UFSM - Santa Maria/RS.
II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 18.983, de 03.06.11 – Proc. N. 005580/2011-35 - PRRH –
CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) CARLA PAIM PERES, matrícula SIAPE 1423763, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 20 de abril de 2011, por ter realizado o Curso de Informática (104.11.25.00), promovido pelo(a) Visão Informática - Cachoeira do Sul/RS, concluído em 12 de dezembro de 2007.

N. 18.984, de 03.06.11 – Proc. N. 008011/2011-41 - PRRH –
CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) MIGUEL CAMARGO LUCIO, matrícula SIAPE 1461246, ocupante do cargo de Médico-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 01 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Doenças Relacionadas ao Trabalho (104.06.05.00), promovido pelo(a) Instituto Atual - Rio de Janeiro/RJ, concluído em 04 de março de 2011.

N. 18.985, de 03.06.11 – Proc. N. 008012/2011-96 - PRRH –
CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) MARIA LUIZA LACERDA ESTIVALET DE CHRISTO, matrícula SIAPE 378817, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Nível de Classificação C, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 01 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Programa de Integração, Formação e Desenvolvimento Profissional (101.01.06.08), promovido pelo(a) CIAPER-PRRH-UFSM - , concluído em 19 de maio de 2010.

N. 18.986, de 03.06.11 – Proc. N. 008087/2011-77 - PRRH –
CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) MIRIAM CAMARGO VASQUES, matrícula SIAPE 1422362, ocupante do cargo de Enfermeiro-Area, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 02 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Datilografia e Digitação (104.11.24.00), promovido pelo(a) Instituto Universal Brasileiro - São Paulo/SP, concluído em abril de 2011.

N. 18.987, de 03.06.11 – Proc. N. 006071/2011-20 - PRRH –
CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) JURACI BRONDANI, matrícula SIAPE 382809, ocupante do cargo de Carpinteiro, Nível de Classificação B, Nível de Capacitação III, para o Nível de Capacitação IV, a partir de 03 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Língua e Cultura Italiana (104.11.09.03), promovido pelo(a) Associação Beneficente e de Assistência Educacional do Rio Grande do Sul -

ACIRS - Porto Alegre, concluído em 08 de setembro de 2008.

N. 18.988, de 03.06.11 – Proc. N. 006717/2011-79 - PRRH – CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) ILEDA HILARIA HANAUER, matrícula SIAPE 382037, ocupante do cargo de Enfermeiro-Area, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação III, para o Nível de Capacitação IV, a partir de 03 junho de 2011, por ter realizado o Curso de Geral de Enfermagem (103.06.04.00), promovido pelo(a) CursosVirtuais.net - , concluído em 14 de abril de 2011.

N. 18.989, de 03.06.11 – Proc. N. 008142/2011-29 - PRRH – CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) MARCIA LISIANE DE OLIVEIRA BARROZO, matrícula SIAPE 1362875, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 02 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Datilografia e Digitação (104.11.24.00), promovido pelo(a) Instituto Universal Brasileiro - São Paulo/SP, concluído em outubro de 2009.

N. 18.990, de 03.06.11 – Proc. N. 006264/2011-81 - PRRH – CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 15%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) NATALIA DA ROSA SILVA, matrícula SIAPE 379381, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde, Nível de Classificação C, Nível de Capacitação IV, a partir de 14 de maio de 2011, referente ao curso de Graduação em Gestão Pública (105.11.06.001), FATEC - Curitiba/PR.

N. 18.991, de 06.06.11 – Proc. N. 005373/2011-81 - PRRH – LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências DE Saúde – Departamento de análises Clínicas e toxicológicas, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 017-25/2011, de 03 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001691.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2538935	ELUZA CURTE STANGHERLIN	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro

de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.992, de 06.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 107-22/2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381678	LEA FATIMA DE PAULA ABREU	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no

art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.993, de 06.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 107-22-2011, de 02 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359537	PAULO BARROZO CASSOL	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.994, de 06.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Tecnologia - Departamento de Estrutura e Construção Civil, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 016-26/2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009006420.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
174005	STEPHAN PAUL	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.995, de 06.06.11 – Proc. N. 008213/2011-93 – PRRH – CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 10%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) SOILA LUZ LAZZAROTTO, matrícula SIAPE 1421991, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação III, a partir de 03 de junho de 2011, referente ao curso de Graduação em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (105.11.06.001), Universidade Anhanguera - UNIDERP - Campo Grande/MS.

N. 18.996, de 06.06.11 – Proc. N. 005332/2011-94 – PRRH – CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 27%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) MARGARETH PEREIRA MALDONADO, matrícula SIAPE 379022, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, a partir de 15 de abril de 2011, referente ao curso de Especialização em Educação Ambiental (105.11.07.005), Universidade Estado de São Paulo - UNICID - São Paulo/SP.
II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 18.997, de 06.06.11 – Proc. N. 005333/2011-39 – PRRH -

CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 27%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) ADRIANA RODRIGUES RIBAS, matrícula SIAPE 382106, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação IV, a partir de 15 de abril de 2011, referente ao curso de Especialização em Educação Ambiental (105.11.07.005), Universidade Estado de São Paulo - UNICID - São Paulo/SP.

II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 18.998, de 07.06.11 – PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 120-22-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584533	RICARDO DA SILVA BARRTO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.

III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;

b) casamento;

c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.

IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.

VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.

VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 18.999, de 07.06.11 – PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 121-22-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
708989	ROSEMAR TEREZINHA BELLE	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.000, de 07.06.11 – PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 118-22-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381278	REIMAR LUIZ GASPARETTO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento

básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.001, de 07.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 119-22-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1183448	REJANE LERMEN BORGES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão

excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.002, de 07.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 122-22-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381453	VILSON BENETTI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima

mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.003, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Centro de Material de Esterilização, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 123-22-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362874	ZULEICA APARECIDA GUNDEDE ARRUDA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.004, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro

de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 004-24A-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
380111	RONI FRANCISCO FREITAS MORI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.005, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 005-24A-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1664353	OSCAR ENDRIGO DORNELES RODRIGUES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.006, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 006-24A-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382392	ERICO MARLON DE MORAES FLORES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro

de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.007, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 007-24A-2011, de 06 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1716814	EDSON IRINEU MULLER	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no

art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.008, de 07.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 008-24A-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
6382549	JOSÉ NERI GODFRIED PANIZ	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.009, de 07.06.11 – PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria - Coordenação Enfermagem em Psiquiatria, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 125-22-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381426	JOSÉ NATIVO LIMA DE SOUZA FILHO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.010, de 07.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 124-22-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584617	LUCIANE SILVA DE CARVALHO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em

decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.011, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 126-22-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359616	ROBERTA SENGER	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o

desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.012, de 07.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 127-22-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1325383	ROZELAINE MARIA BUSANELLO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.013, de 07.06.11 – PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 128-22-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381702	VANIA TEREZINHA RIGO SEGALIN	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.

III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;

b) casamento;

c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.

IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.

VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.

VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.014, de 08.06.11 – PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências Naturais e Exatas - Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 008-24-2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2652021	MARCELO BARCELLOS DA ROSA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento

básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.015, de 08.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 129-22/2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1183351	AIDA RODRIGUES GONÇALVES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão

excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.016, de 08.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 130-22/2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381475	ELENITA MACHADO DE FREITAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima

mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.017, de 08.06.11 – PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 131-22/2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381478	FLAVIO CORREA FEIH	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.018, de 08.06.11 – PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital

Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 132-22/2011, de 07 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382116	GILMAR VICENTE FOLETTO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.019, de 08.06.11 – PRRH -

REMOVER a servidora Amanda Kummer da Rosa, Matrícula SIAPE 379439, Matrícula UFSM 3988, ocupante do cargo de auxiliar em Administração, Código 701405, Classe C – IV, Padrão 13, do quadro Único de Pessoal da UFSM, do Departamento de Morfologia – CCS para o Curso de Terapia Ocupacional – CCS, a partir desta data.
II – a servidora deixará de perceber o Adicional de Insalubridade, conforme análise e manifestação da CQVS/PRRH.

N. 19.020, de 08.06.11 – PRRH -

CANCELAR, a partir desta data os efeitos da Portaria N. 13.010 de 19/12/2006, que trata do exercício da servidora Amanda Kummer da Rosa, Matrícula SIAPE 379436.

N. 19.021, de 08.06.11 – Proc. N. 007315/2011-91 - PRRH -

CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) SANDRA CRISTINA BARASUOL ARCARO, matrícula SIAPE 1616634, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 20 de maio de 2011, por ter realizado o Curso de Poder Judiciário e Ministério Público: Funcionamento e Peculiaridades (104.11.01.00), promovido pelo(a) Escola Aberta - CETEB - Brasília/DF, concluído em 13 de maio de 2011.

N. 19.022, de 08.06.11 – Proc. N. 007000/2011-44 - PRRH -

CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor(a) ELISANDRA SOARES DE MOURA, matrícula SIAPE 1585766, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 07 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Enfermagem na Clínica Médica e Cirúrgica - Educação em Serviço - Módulos I a IV (103.06.04.00), promovido pelo(a) CIAPER-PRRH-UFSM - Santa Maria/RS, concluído em 09 de abril de 2010.

N. 19.023, de 08.06.11 – Proc. N. 007977/2011-61 - PRRH -

CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) ELEUSA DE VASCONCELLOS FAVARIN, matrícula SIAPE 1743355, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I, para o Nível de Capacitação II, a partir de 07 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Sistemas e Rotinas de Trabalho Administrativo - Técnicas de Secretariado - Módulos I e V (102.01.06.09), promovido pelo(a) CIAPER-PRRH-UFSM - Santa Maria/RS, concluído em 23 de setembro de 2010.

N. 19.024, de 08.06.11 – Proc. N. 007377/2011-01 - PRRH -

CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 27%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) SANDRA CRISTINA BARASUOL ARCARO, matrícula SIAPE 1616634, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação II, a partir de 23 de maio de 2011, referente ao curso de Especialização em Gestão de Recursos Humanos (105.01.07.001), Faculdade de Tecnologia Internacional - Curitiba/PR.
II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 19.025, de 08.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 009-24A-2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1286115	IONARA REGINA PIZZUTTI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos

afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.026, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 133-22/2011, de 087 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381930	IVANETE MUNHOZ CALLAGE	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição

Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.027, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 134-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382226	LEDA ANA MICHELON	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.028, de 08.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 135-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1101022	LENISE MARIA CERETTA FLORES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.029, de 08.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 136-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais

SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381821	MARIA ROSELI GREFF LAI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.030, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 137-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1183758	MARLENE NAIDON	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;

c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.031, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 138-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1104647	ROSANGELA GONCALVES SCHARDONG	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida

no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.032, de 08.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 139-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584809	ANDREIA NORONHA OLIVEIRA NEVES DA SILVA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no

art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.033, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 140-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584399	CARLA CORRÊA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.034, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 141-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais

SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1363310	CARMEN MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.035, de 08.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 142-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359531	DEIZE BELTRAME PREGARDIER	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;

c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.036, de 08.06.11 – Proc. N. 007318/2011-25 - PRRH –
CONCEDER o Incentivo à Qualificação de 75%, incidente sobre o vencimento básico do(a) servidor(a) CAROLINE RUBIN ROSSATO PEREIRA, matrícula SIAPE 1735940, ocupante do cargo de Psicólogo-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, a partir de 20 de maio de 2011, referente ao curso de Doutorado em Psicologia (105.06.09.026), UFRGS - Porto Alegre/RS.
II - Cancelar o Incentivo anteriormente concedido a partir desta data.

N. 19.037, de 09.06.11 – Proc. N. 007908/2011-18 - PRRH -
CONCEDER Licença-Prêmio por Assiduidade, de três meses, de acordo com o Artigo 87, da Lei n. 8.112/90, referente ao qüinqüênio líquido compreendido entre 9 de outubro de 1984 a 8 de fevereiro de 1990, ao servidor Luis Fernando Caprioli, Matrícula SIAPE 379111, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotado na Direção do Centro de Artes e Letras, a ser gozada em período mensal, 30 dias a partir de 6 de junho de 2011 a 5 de julho de 2011.
II – Os períodos restantes serão marcados oportunamente pelo servidor, em concordância com a Chefia Imediata.

N. 19.038, de 09.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 010-24A-2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
6382607	VERA MARIA MELCHIORS MORSCH	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.039, de 09.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Rurais – Hospital de clínicas Veterinárias/Farmácia, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 017-20/011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 200900019.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Percentual
2575311	ANDERSON OLIVEIRA SOBROZA	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.040, de 09.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 143-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362452	DORILDA FANTINEL WOLTMANN	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.041, de 09.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 144-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379035	ELIA REGINA VARGAS BERTOLDO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.042, de 09.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 145-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584695	FABIANO PRESTA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.043 de 09.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 146-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583980	GERALDO LUCIMAR SILVA PORTO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.044, de 09.06.11 - PRRH

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 147-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1585630	GIANA CRISTIANE CESAR XISTO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.045, de 09.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 148-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359641	IARA MARIA GAZZANEO SCHMITT	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.046, de 09.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 149-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362872	INES COITINHO DA SILVEIRA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.047, de 09.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 150-22/2011, de 08 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584569	MAGALLY DA SILVA ILHA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.048, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 151-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1438779	MARIBEL SOARES DA CONCEIÇÃO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.049, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 152-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
383993	MARLI TEREZINHA DE OLIVEIRA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.050, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 153-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584355	NAIR LUCCA BELLADONA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.051, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 154-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1361408	NELI TEREZINHA LUCCAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.052, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 155-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584441	PAULA ISABEL BORGES DA SILVA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.053, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 156-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1363731	RAQUEL KLEIN TEIXEIRA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.054, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 157-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359536	REJANE FAVARIN	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.055, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 158-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359643	VALERIA ALBERTO DIAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.056, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 159-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1443053	VERA LUCIA GOMES PEREIRA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.057, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 160-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584688	VERONICA DE FATIMA OLIVEIRA WEBER	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.058, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 161-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1105982	VERA TEREZINHA DOS SANTOS ALFLEN	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.059, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 162-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1421066	ANA LUIZA LORENTZ MARTINS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.060, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 163-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584613	ANA PAULA PALMEIRA MARQUES LIED	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.061, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 164-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1429598	CELI MARIA DEON PILLON	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.062, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 165-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1361403	ELIANE CRISTINA LEAL CORREA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.063, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 166-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1421969	FABIANA BALCONI MORO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.064, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 167-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584805	FATIMA REGINA MACHADO PIRES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.065, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 168-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1423765	JUCIMARA DA SILVA BERNARDES	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.066, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 169-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584421	KELEN DA COSTA POMPEU	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.067, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-/Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 170-22/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1423761	MARCIO ALEXANDRE DE OLIVEIRA SANTANA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.068, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem de Pronto Socorro, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 061-22A/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1423759	CLAICIR BATISTA VARGAS	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.069, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem de Pronto Socorro, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 060-22A/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1421184	CECÍLIA BEATRIZ FLORES MILANI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.070, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem de Pronto Socorro, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 059-22A/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583976	CATICIANE AVELLO SCHIRMER	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.071, de 10.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem de Pronto Socorro, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 058-22A/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583851	CARMEN GISSELI SOUZA DA SILVA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.072, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem de Pronto Socorro, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 057-22A/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1363233	CARLA SCHERER POERSCHKE	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.073, de 10.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem de Pronto Socorro, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 056-22A/2011, de 09 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362749	ANDREA PROCHNOW	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.074, de 10.06.11 – Proc. N. 006356/2011-61PRRH –

CONCEDER Licença-Prêmio por Assiduidade, de três meses, de acordo com o Artigo 87, da Lei n. 8.112/90, referente ao qüinqüênio líquido compreendido entre 1º de março de 1988 a 28 de fevereiro de 1993, à servidora Maria Otilia Souto Trindade, Matrícula SIAPE 380847, ocupante do cargo de Assistente em Administração, lotada no Setor de Secretarias de Unidade – HUSM, a ser gozada em período mensal, 30 dias a partir de 4 de julho de 2011 a 2 de agosto de 2011.
II – Os períodos restantes serão marcados oportunamente pela servidora, em concordância com a Chefia Imediata.

N. 19.075, de 10.06.11 - PRRH -

REMOVER a servidora Celeste Augusta Pereira Fernandes, Matrícula SIAPE 381933, Matrícula UFSM 9827, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, Código 701823, Classe a – IV, Padrão 15, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, do Serviço de Hemoterapia – HUSM para a Secretaria Administrativa da Diretoria Clínica – HUSM, a

partir desta data.
II – A servidora continuará a perceber o Adicional de Insalubridade, conforme análise e manifestação da CQVS/PRRH.

N. 19.076, de 14.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 171-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583983	MONICA DALCIN	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.077, de 14.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 172-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584612	NEIDA MARIA BOLSON ZANINI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.078, de 14.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 173-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583982	ROGERIO POZZATI	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.079, de 14.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 174-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359533	ROSIMERI FATIMA MARTINI DE MELO	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.080, de 14.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 175-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1362451	SABRINA MARA FIGHERA	Maximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.081, de 14.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 176-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1360430	SEOMARA ESPINDOLA WEISSHEIMER	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.082, de 14.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 177-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381724	VERA ASSUNTA MORO ALVES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.083, de 14.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 178-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1585628	VERA LUCIA LEAL DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.084, de 14.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 179-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1095615	DALILA ROSIANA ALVES NATEL	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.085, de 14.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 180-22/2011, de 13 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
380643	JACINTA ESPINDOLA PEREIRA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.086, de 15.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 065-22A/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584495	EMERSON LUIZ FLORES DE OLIVEIRA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.087, de 15.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 064-22A/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584731	ELCIR CLAIR ALBRECHT NUNES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.088, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 063-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583699	DORILA MEDIANEIRA DA ROSA SANTOS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.089, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 062-22A/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1363308	CLEONICE DE FATIMA SIQUEIRA DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.090, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 009-24/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
6382628	MARIA ROSA CHITOLINA SCHETINGER	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.091, de 15.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 009-24/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381334	MARCOS ANTONIO PINTO MARTINS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.092, de 15.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 010-24/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379371	NILO ZANATTA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.093, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 011-24/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1204390	ALEX FABINI CLARO FLORESTINS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.094, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 181-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1096961	LEILA BARROS DE CARVALHO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.095, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 182-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1092991	MARIA DE LOURDES ROCHA DE ARAUJO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.096, de 15.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 183-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381795	MARIA IZABEL D'AVILA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.097, de 15.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 184-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
3787371	MARILENE SILVA LUTZ	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.098, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 185-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381785	NILVIA ALVES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.099, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 186-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1190636	TANIA ELIZABETI CASTILHOS CAMARGO MARINHO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.100, de 15.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 197-22/2011, de 15 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1104151	TANIA VANDERLEIA MACHADO DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir

da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.101, de 16.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 012-24/2011, de 16 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2355245	ROBERT ALAN BURROW	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.102, de 16.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química/Laboratório de Materiais Inorgânicos e Síntese Inorgânica e Laboratório de Difração de raios X, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 013-24/2011, de 16 de junho de 2011 e

Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000552.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379078	ERNESTO SCHULZ LANG	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de irradiação ionizante no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.103, de 16.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 188-22/2011, de 16 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2094984	CLEUSA DE MORAES MILITZ	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;

c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.104, de 16.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 189-22/2011, de 16 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1592418	FERNANDA BERTOLIN MACIEL	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida

no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.105, de 16.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 190-22/2011, de 16 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381820	GENECI MARIA LONDERO DUARTE	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no

art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.106, de 16.06.11 - PRRH -

REMOVER a servidora Maria José Ramos Kuschick, Matrícula SIAPE 1857913, Matrícula UFSM 15514, ocupante do cargo de Secretário Executivo, Código 701076, Classe E – I, Padrão 1, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Pró-Reitoria de Recursos Humanos para o Departamento de Medicina Veterinária Preventiva – CCR, a partir de 23.05.2011.

N. 19.107, de 16.06.11 - PRRH -

DECLARAR que o órgão de exercício do servidor Ricardo César Silva, Matrícula SIAPE 1864266, Matrícula UFSM 15545, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, Código 701010, Classe E – I, Padrão 2, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, passa a ser o Centro de Educação Superior Norte/RS –PM, a partir de 27.06.2011.
II – Permanece inalterado o órgão de lotação de origem.

N. 19.108, de 17.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 014-24A/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
3821531	FATIMA SQUIZANI	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.109, de 17.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 013-24A/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2278445	LEANDRO MACHADO DE CARVALHO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.110, de 17.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 012-24A/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
382073	HERTON FENNER	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.111, de 17.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 014-24/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
380813	HUGO TUBAL SCHMITZ BRAIBANTE	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de

20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.112, de 17.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 015-24/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
380322	ADEMIR FARIAS MOREL	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n.

10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.113, de 17.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 016-24/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1251649	IONARA IRON DALCOL	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no

cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.114, de 17.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 017-24/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379369	DENISE BOHERE NASCIMENTO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.115, de 17.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 018-24/2011, de 17 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379038	PAULO CICERO DO NASCIMENTO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.116, de 20.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 066-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1421076	FABRÍCIO DOS SANTOS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de

20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.117, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 067-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359917	JOSÉ LUIZ LOPES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n.

10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.118, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 068-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583845	JÚLIO CESAR DE MENEZES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no

cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.119, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 069-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584660	LEANDRO GONÇALVES DE SOUZA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.120, de 20.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 070-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583977	LEANDRO NUNES FERRÃO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.121, de 20.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 071-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381506	LENIR LOPES VARGAS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de

20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.122, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 072-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1363309	LUCI HELENA SOARES DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n.

10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.123, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 073-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584497	LUIZ AURÉLIO KAMPORT	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no

cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.124, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 074-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583771	MARCELO ARTMANN	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.125, de 20.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 075-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr.SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1360418	MARIA ROSANE CAMPANHOLO COELHO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.126, de 20.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 075-22A/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1425140	MARLI DUARTE KELLER	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de

20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.127, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 191-22/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1421186	MARI ANGELA MENEGHETTI BARATTO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n.

10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.128, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 192-22/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
388819	NEUZA MARIA STRINGINI SEVERO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no

cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.129, de 20.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 193-22/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381924	RUTE SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.130, de 20.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 1941-22/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381797	VANIA REGINA SARI	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.

III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;

b) casamento;

c) falecimento; ou

d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.

IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.

VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.

VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.131, de 20.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Recuperação Pós-Anestésica, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 195-22/2011, de 20 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1585631	VIVIANE SEGABINAZZI SALDANHA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento

básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.132, de 20.06.11 - PRRH -
DECLARAR que o servidor Caio César Piffero Gomes, Matrícula SIAPE 378948, Matrícula UFSM 3384, ocupante do cargo de Psicólogo-Área, Código 701060, Classe E – IV, Padrão 15, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, lotado no Núcleo Atenção à Saúde e Assistência Social – PRRH passa a cumprir 20 horas semanais na Direção do Centro de Ciências da Saúde.
II – Permanece inalterado o órgão de lotação e o servidor cumprirá o restante de sua carga horária semanal (20 horas) neste órgão de lotação.
III – Esta Portaria é válida até 31.12.2011.

N. 19.133, de 20.06.11 - PRRH -
REMOVER a servidora Cristiane Silva Santos, Matrícula SIAPE 1569617, Matrícula UFSM 13826, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, Código 701010, Classe E – I, Padrão 1, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Direção do CESNORS – FW para a Biblioteca Setorial – CAL, a partir de 23.05.2011.

N. 19.134, de 21.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Exatas – Departamento de Química, consideradas

insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 019-24/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1108319	MARIBEL ANTONELLO RUBIN	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.135, de 21.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Artes e Letras – Departamento de Artes Visuais, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 009-27/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2011001999.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379629	VANI TEREZINHA FOLETTO	Médio	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;

c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.136, de 21.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências da Saúde – curso de Odontologia, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 019-23/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001713.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2096008	NEIMAR TORRADO DE MOURA	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.

V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

APOSTILA À PORTARIA N. 19.136, DE 21 DE JUNHO DE 2011.

RETIFICAR o percentual do adicional de insalubridade constante na referida portaria de localização, sendo:
Onde se lê:
I – LOCALIZAR o(s) servidor(es) constante(s) da relação anexa, para exercer(em) sua(s) atividade(s) no Centro de ciências da Saúde – Curso de Odontologia, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 019-23/2011, e 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo adicionais SIAPENET n° 2009001713.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2096008	NEIMAR TORRADO DE MOURA	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente ao grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
Leia-se:
I – LOCALIZAR o(s) servidr(es) constante(s) da relação anexa, para exercer(e) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências da Saúde – curso de Odontologia, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 019-23/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001713.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
2096008	NEIMAR TORRADO DE MOURA	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente ao grau médio incidente sobre o vencimento básico.

N. 19.137, de 21.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências da Saúde – Departamento de Enfermagem, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 006-25/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001689.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1864658	CAMILA CASTRO ROSO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.138, de 21.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 015-24A/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
380362	GELSON NOÉ MANZONI DE OLIVEIRA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição

Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.139, de 21.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 016-24A/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379570	JOÃO BATISTA TEIXEIRA DA ROCHA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já

perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.140, de 21.06.11 - PRRH -
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 017-24A/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381202	EDEGAR OZORIO DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.141, de 21.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química,

consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 018-24A/2011, de 21 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379561	MARA ELIZA FORTES BRAIBANTE	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.142, de 22.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço do Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 196-22/2011, de 22 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr.SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1543256	ANA CLAUDETE NASCIMENTO DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:

a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.143, de 22.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço do Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 197-22/2011, de 22 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1585443	CARLA LAMPERT LICHT	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição

Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.144, de 22.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço do Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 198-22/2011, de 22 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1583985	DANIELA MARIA MUNARETO DO AMARAL	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já

perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.145, de 22.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço do Centro Cirúrgico, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 199-22/2011, de 22 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1543254	DEBORA CRISTINA HOMRICH	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.146, de 24.06.11 - PRRH –

REMOVER a servidora Catherine da Silva Cunha, Matrícula SIAPE 1830581, Matrícula UFSM 15314, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, Código 701010, Classe E – I,

Padrão 1, do Quadro Único de Pessoal da UFSM, da Direção da UDESSM para a Biblioteca Central, a partir desta data.

N. 19.147, de 27.06.11 – Proc. N. 008250/2011-00 - PRRH - CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) ADRIANO NUNES SÁ BRITO, matrícula SIAPE 1736988, ocupante do cargo de Técnico em Assunto Educacionais, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I, para o Nível de Capacitação II, a partir de 06 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Práticas de Secretaria Educacional (102.01.06.09), promovido pelo(a) Senac - Porto Alegre/RS, concluído em 17 de junho de 2010.

N. 19.148, de 27.06.11 – Proc. N. 008277/2011-94 - PRRH - CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) CRISTIANE SILVA TEIXEIRA, matrícula SIAPE 1747354, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, Nível de Classificação , Nível de Capacitação I, para o Nível de Capacitação II, a partir de 16 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Datilografia e Digitação (104.11.24.00), promovido pelo(a) Instituto Universal Brasileiro - São Paulo/SP, concluído em julho de 2010.

N. 19.149, de 27.06.11 – Proc. N. 008253/2011-35 - PRRH - CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) JANE SANTOS DA SILVA, matrícula SIAPE 1102228, ocupante do cargo de Assistente em Administração, Nível de Classificação D, Nível de Capacitação III, para o Nível de Capacitação IV, a partir de 17 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Sistemas e Rotinas de Trabalho Administrativo - Técnicas de Secretariado - Módulos I a V (102.01.06.09), promovido pelo(a) CIAPER/PRRH/UFSM - Santa Maria/RS, concluído em 23 de setembro de 2010.

N. 19.150, de 27.06.11 – Proc. N. 006837/2011-76 - PRRH - CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) ROBERTO MONTAGNER, matrícula SIAPE 381327, ocupante do cargo de Diretor de Programa, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação III, para o Nível de Capacitação IV, a partir de 12 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Inglês (104.11.09.01), promovido pelo(a) Instituto Universal Brasileiro - São Paulo/SP, concluído em maio de 2009.

N. 19.151, de 27.06.11 – Proc. N. 008217/2011-71 - PRRH - CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) MARCOS PAULO SOQUETTA BOGADO, matrícula SIAPE 1586698, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível de Classificação , Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 11 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Word (104.11.25.02), promovido pelo(a) Instituto Universal Brasileiro - São Paulo/SP, concluído em fevereiro de 2011.

N. 19.152, de 27.06.11 – Proc. N. 008103/2011-21 - PRRH - CONCEDER Progressão por Capacitação Profissional a(o) servidor (a) RONALDO MEDEIROS GOLOMBIESKI, matrícula SIAPE 1624661, ocupante do cargo de Biólogo, Nível de

Classificação E, Nível de Capacitação II, para o Nível de Capacitação III, a partir de 16 de junho de 2011, por ter realizado o Curso de Informática Básica - Módulos I a V: Sistema Operacional, Word, Excel, PowerPoint e Internet (104.11.25.00), promovido pelo(a) CIAPER/PRRH/UFSM - Santa Maria/RS, concluído em 18 de novembro de 2010.

N. 19.153, de 28.06.11 - PRRH -

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 020-24/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379137	ROSANGELA DE ALBA P. GOMES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.154, de 28.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências da Saúde – Departamento de Enfermagem, consideradas

insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 020-25/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001689.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1856145	TASSIANA POTRICH	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.155, de 28.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 077-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1585491	RAQUEL MALDONADO LIMA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;

b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.156, de 28.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 078-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1423757	PAULA ELIANE DOEBER DA SILVA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro

de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.157 de 28.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 079-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1359912	REJANE BOLZAN	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.158 de 28.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 080-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1584830	ROSELI MARTINS VALCANOVER	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.159, de 28.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n.

081-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1363307	RUDINEI TAVARES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.160, de 28.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 082-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1357044	TATIANE DENISE CAMARGO ALVES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;

b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.161, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 083-22A/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1365074	VANIZE MARTINS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro

de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.162, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 084-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1095610	CARLOS DA SILVA PADILHA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.163, de 29.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 085-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
381216	CARLOS DE MORAES MILITZ	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.164, de 29.06.11 - PRRH –

LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n.

086-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1542809	ERIKA SUZENIR ESSY BENETTI	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.165, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 087-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1094993	JANETE SEVERO DE CARVALHO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;

b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.166, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 088-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1107406	NELSON FURQUIM PRESTES	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro

de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.167, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 089-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1544092	NILZA AITA GASPARETTO	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já

perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.168, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Hospital Universitário de Santa Maria – Serviço de Enfermagem do Pronto Socorro, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 090-22A/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009000567.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1092293	SIMONE APARECIDA ROCHA VIEIRA DOS SANTOS	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.170, de 29.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro

de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 021-24/2011, de 28 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001676.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379132	MARIA DE FATIMA SILVA DE SOUZA	Máximo	20%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 20% correspondente sobre o grau máximo incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.171, de 30.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências da Saúde – Secretaria do CCS, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 021-25/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001692.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
379446	NELSON MORAIS DE QUEVEDO	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos

afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.172, de 30.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Tecnologia – Departamento de Estruturas e Construção Civil, atividades consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 017-26/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2010006420.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Percentual
2585711	ERASMO FELIPE VERGARA MIRANDA	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o

servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.173, de 30.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Ciências Naturais e Exatas – Departamento de Química, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 023-24/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2009001675.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1491416	JULIANO FERREIRA	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias;
b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.

VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

N. 19.175, de 30.06.11 - PRRH –
LOCALIZAR o(s) servidor (es) constante(s) da relação abaixo, para exercer (em) sua(s) atividade(s) no Centro de Artes e Letras – Departamento de Desenho Industrial, consideradas insalubres, conforme Laudo Técnico Pericial n. 010-27/2011, de 29 de junho de 2011 e Laudo Módulo Adicionais SIAPENET N. 2011001999.

Matr. SIAPE	Nome do Servidor	Grau	Percentual
1684616	RONALDO MARTINS GLUFKE	Médio	10%

II – CONCEDER-lhe(s) o adicional de insalubridade no percentual de 10% correspondente sobre o grau médio incidente sobre o vencimento básico.
III – DECLARAR que a(s) vantagem(s) pecuniária(s) será (ao) concedida(s) ao(s) servidor(es) que se encontrar(em) nos afastamentos de sua função/cargo em decorrência de:
a) férias; b) casamento;
c) falecimento; ou
d) licença para tratamento da própria saúde, gestante ou em decorrência de acidente em serviço.
IV – INFORMAR que, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 10.887, de 18 de junho de 2004, inciso VII, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho estão excluídas da base de contribuições, mas, em seu § 2º, prevê que o servidor poderá optar pela sua inclusão, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40, da Constituição Federal e art. 2º da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º, do art. 40, da Constituição.
V – TORNAR público que, a partir desta data, a remoção do(s) servidor(es) relacionado(s) para outro órgão de lotação, bem como o desempenho de atribuições diversas das atuais, implicará no cancelamento do adicional ora concedido.
VI – RESPONSABILIZAR a Chefia Imediata pelas comunicações a serem feitas à Pró-Reitoria de Recursos Humanos sobre as alterações acima mencionadas.
VII – CONVALIDAR os registros existentes, caso o(s) servidor (es) já perceba(m) um dos adicionais alcançados pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com os percentuais estabelecidos no art. 12 da Lei 8.270, de 19 de dezembro de 1991, sendo que a partir da publicação passa a vigorar conforme ao acima exposto.
VIII – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Pessoal.

2 – Concessões

2.1. Autorização para Afastamentos Eventuais de Servidores da UFSM.

N O M E	LOTAÇÃO	DESTINO	PERÍODO
Igor Senger	CESNORS	Caxias do Sul	09.06 a 10.06.2011
Vanessa B. Fortes	CESNORS	Chapecó-SC	06.06 a 06.06.2011
Luciana Richter	CESNORS	Cruz Alta	01.06 a 02.06.2011
Vanessa B. Fortes	CESNORS	Cruz Alta	02.06 a 02.06.2011
Fernando Panno	CESNORS	Caxias-Bento	09.06 a 10.06.2011
Rosani U.K.Umbach	CAL	Pelotas	05.06 a 08.06.2011
Nilce C. Peixoto	CESNORS	Santa Maria	02.06 a 03.06.2011
Gitane Fuke	CESNORS	Santa Maria	02.06 a 04.06.2011
Marcela Marquezan	PRRH	Santa Maria	15.06 a 17.06.2011
Jorge A.de Farias	CCR	POA	01.06 a 02.06.2011
Alexandre D.da Silva	CT	Uberlândia-MG	06.06 a 07.06.2011
José N. C. Marchiori	CCR	Curitiba	01.06 a 03.06.2011
Elvis Carissimi	CT	Maringá-PR	01.06 a 04.06.2011
Ivani C. S. Fernandes	CAL	POA	02.06 a 03.06.2011
Alexandre D.da Silva	CT	Uberlândia-MG	02.06 a 03.06.2011
Marcio Schwaab	CT	R.de Janeiro	14.06 a 16.06.2011
Luiz A.D.Rodrigues	CCNE	POA	02.06 a 03.06.2011
Diomar C. Mistro	CCNE	POA	02.06 a 03.06.2011
Ronaldo Hoffmann	CT	POA	02.06 a 03.06.2011
José N. C. Marchiori	CCR	Novo Hamburgo	09.06 a 10.06.2011
Márcia F. Amaral	CCSH	POA	14.06 a 19.06.2011
Viviane Borelli	CCSH	POA	14.06 a 16.06.2011
Evellyne P.F. de Costa	CAL	Pelotas	13.06 a 15.06.2011
Pablo H. Sezerino	CESNORS	Videira-SC	08.06 a 10.06.2011
Tatiana Keller	CAL	Pelotas	13.06 a 17.06.2011
Mario E.S.Martins	CT	POA	09.06 a 10.06.2011
Ana E. Moiseichyk	CESNORS	Teresina-PI	05.06 a 08.06.2011
Liane Righi	CESNORS	POA	06.06 a 08.06.2011
Tânea M.B.Garlet	CESNORS	N.Hamburgo	09.06 a 10.06.2011
Silvania M. Bottaro	CESNORS	Sta.Maria	13.06 a 17.06.2011
Patrícia Chagas	CESNORS	Sta.Maria	13.06 a 17.06.2011
Cariza T. Bohrer	CESNORS	Sta.Maria	13.06 a 17.06.2011
José C. M. Mombach	CCNE	R.de Janeiro	15.06 a 17.06.2011
Maria A. Munhóz	GR	S.Vicente	15.06 a 15.06.2011
Carmen D. R. Gavioli	CAL	BSB	16.06 a 20.06.2011
Eliana R. Sturza	CAL	Bagé	16.06 a 17.06.2011
Claudia S. Barin	CEAD	Panambi	27.06 a 27.06.2011
Liane Righi	CESNORS	Pelotas	17.06 a 17.06.2011
Vânia B.R.Paz	CESNORS	Sto. André-SP	20.06 a 22.06.2011
Andressa de Andrade	CESNORS	F.Westphalen	04.07 a 06.07.2011
Caroline de L. Linck	CESNORS	Pelotas	27.06 a 25.11.2011
Nara C. Santos	CAL	BSB	28.06 a 29.06.2011
Taís da S. Martins	CAL	Campinas-SP	30.06 a 01.07.2011
Juliana Sarubbi	CESNORS	Campinas-SP	22.06 a 27.06.2011
Liane B. Righi	CESNORS	BSB	30.06 a 01.07.2011
Fernanda Sarturi	CESNORS	POA	27.06 a 30.06.2011
Silvania M. Bettara	CESNORS	Chapecó-SC	28.06 a 30.06.2011
Loiva B. Dallepiane	CESNORS	Chapecó-SC	28.06 a 30.06.2011
Désirée M. Roth	CAL	S.Paulo	21.06 a 26.06.2011
Sonia I. G. Fernandez	CAL	S.Paulo	09.06 a 13.06.2011

Carmen D. R. Gavioli	CAL	Fortaleza-CE	28.06 a 03.07.2011
Sylvio H.B.Dornelles	CCNE	B.Gonçalves	29.06 a 01.07.2011

3 – DIVERSOS

PORTARIA N. 009-2011-COPSIA, de 06-06-2011.

O COORDENADOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nomeado através da Portaria n. 51.037, de 02-05-2007, do Magnífico Reitor da UFSM, tendo em vista o que consta do Processo n. 23081.005955-2011-67 e o teor do Ofício n. 002-CP de 06-06-2011, resolve:

DESIGNAR, o Auxiliar de Nutrição e Dietética LEANDRO CERVO, Matrícula SIAPE 1095040, para, em substituição, ao membro PAULO SÉRGIO MARQUES PEIXOTO, Matrícula SIAPE 1033830, Técnico em Eletrotécnica, integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar no processo supra citado.

João Hélvio R. de Oliveira, Coordenador.

PORTARIA N. 010/2011-COPSIA, de 13-06-2011.

O COORDENADOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nomeado através da Portaria n. 51.037, de 02-05-2007, do Magnífico Reitor da UFSM, tendo em vista o que consta do Processo n. 23081.004846/2011-22, resolve:

DESIGNAR, o Assistente em Administração PAULO SÉRGIO MARQUES PEIXOTO, Matrícula SIAPE 1033830, o Assistente em Administração UBIRATAN RONALDO FREITAS, Matrícula SIAPE 381688, todos do Quadro Único da Universidade Federal de Santa Maria, para sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, a fim de apurar assunto contido no processo supra citado.

II – A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

João Hélvio R. de Oliveira, Coordenador.

PORTARIA N. 011/2011-COPSIA, de 21-06-2011.

O COORDENADOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nomeado através da Portaria n. 51.037/2007 do Magnífico Reitor da UFSM, tendo em vista o que consta do Processo n. 23081.001540/2011-13, resolve:

DESIGNAR, o Economista WILSON JESUS PINTO PARÓDIA, SIAPE 381985, o Assistente em Administração JORGE RENATO ALVES DA SILVA, SIAPE 381998 e o Assistente em Administração EVANDIR MOURA AMARAL, Matrícula SIAPE 1000533, todos do Quadro Único da Universidade Federal de Santa Maria, para, sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar, sob rito sumário, assuntos contidos no Processo supra citado.

II – A comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

João Hélvio R. de Oliveira, Coordenador.

PORTARIA N. 012-2011-COPSIA, de 28-06-2011.

O COORDENADOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO

ADMINISTRATIVO, nomeado através da Portaria n. 51.037, de 02-05-2007, do Magnífico Reitor da UFSM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que consta do Processo n. 23081.015926-2011-22, resolve:

DESIGNAR o Assistente em Administração ALTAIR GROFF, Matrícula SIAPE 379633, do Quadro Único de Pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, para atuar como DEFENSOR DATIVO, no referido processo para efetuar a defesa do acadêmico CESAR AUGUSTO JORGENSEN.

João Helvio R. de Oliveira, Coordenador.